

## **Título da Série: Maria Rosalina: Passado, Presente e Futuro da Comunidade Quilombola de Araranguá**

**Link para o site:** [mariarosalina.com.br](http://mariarosalina.com.br)

---

### **As Muitas Histórias de Maria Rosalina: do Passado ao Presente**

*É preciso uma aldeia para se educar uma criança, e muitas crianças para criar uma aldeia*

Para Maria Gorete, “crescer foi muito bom”. Nascida em 1973, ela relembra os dias de brincadeira, quando ela e outros jovens subiam nas goiabeiras de onde moravam. “A mãe chamava por uma porta e nós entrava pela outra, senão o pai pegava nós pela orelha”.

Brincavam de corda, bola, jogavam futebol. “O meu pai era técnico do nosso time de meninas. Nós tinha até time de mulher que jogava bola.”

Quando era nova, aos sábados, um grupo de jovens de seu município vinha até a comunidade em que vivia para brincar com as crianças. Eles gostavam de subir em um abacateiro no terreno de seu avô, embora ele não ficasse contente, já que criava galos que mordiam os meninos e meninas. Pulavam também o muro do “Seu Serrano” para aprontar com seus bois e cavalos. A mãe de Gorete, Maria Silésia, chamava no fim da tarde e ela voltava com os pés cheios de barro.

Essa época durou até os 9 anos. “Sabe assim, foi uma infância curta porque depois eu logo comecei a trabalhar de babá para ajudar a mãe, né? Mas foi muito bom.”

Aos 13, conseguiu um emprego como babá em São Paulo. Era para ter ficado seis meses, ficou cinco, chorava todos os dias para voltar. Os donos da casa onde trabalhava lhe davam um sanduíche ou uma banana, se comesse uma maçã, levava bronca. As cartas que escrevia para a mãe nunca chegavam.

Só ouviu da mãe novamente quando recebeu uma carta dela, estava pedindo ajuda para comprar o botijão de gás. Gorete não sabia que no dia que partiu para São Paulo, seu pai havia ido embora.

Juntou o dinheiro da passagem e voltou para casa, descrevendo o retorno como ir para o céu. Chegou ao meio-dia, nunca tinha encontrado comida tão boa quanto a da mãe.

- Ô, mãe, que tá comendo? - ela perguntou, sem se mostrar.
- Quem tá aí?
- A tua filha mais velha.

Desde então, sempre que saiu, voltou assim que pôde. Ela é neta de Otávio Tomé dos Santos, de origem indígena, sua família uma das primeiras a se estabelecer na Comunidade Remanescente de Quilombo Maria Rosalina, onde vivem até os dias de hoje.

Comunidades como a de onde veio Maria Gorete datam até o período colonial e imperial, quando milhões de pessoas dos diferentes povos do continente africano foram trazidos à força para o Brasil como escravizados. Ao fugirem das fazendas, engenhos ou minas onde eram obrigadas a trabalhar, estes homens e mulheres formavam comunidades próprias para viver de forma livre e autônoma.

Essas comunidades eram chamadas de **quilombos**.

Quilombos eram formados não só por pessoas fugidas da escravidão, mas também por desterrados, cidadãos em extrema pobreza e indígenas. Hoje, os descendentes dos habitantes originais dessas comunidades são chamados de remanescentes, e são, também, considerados quilombolas.

O Art. 68 da Constituição Federal de 1988 garante, até os dias de hoje, as terras das comunidades quilombolas:

*“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”*

Em 3 de junho de 2024, a Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, concedeu ao quilombo urbano Maria Rosalina, em Araranguá, Santa Catarina, o reconhecimento de sua autodeclaração quilombola.

No município, do lado de fora dos muros do quilombo, a comunidade Maria Rosalina é conhecida por outro nome: **Buraco Quente**.

### **Há Vida por Detrás do Muro**

A 220 km ao sul de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, está Araranguá, a maior das 15 cidades pertencentes à Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC). O projeto urbanístico do município lhe confere o apelido de “Cidade das Avenidas” pelas amplas ruas idealizadas pelo engenheiro Antonio Lopes de Mesquita. Seu hino lhe descreve como “terra de descanso mar e sol”, brindando os imensos arrozais que movem a economia local, além de ressaltar o Morro dos Conventos, cujas paisagens são o maior cartão postal da “Rainha do Sul Catarinense”.

Às margens do rio que dá nome à cidade, está o Centro do município, ponto de onde começou a se expandir até se tornar o pólo econômico da microrregião que faz parte. Esse bairro é cortado pela Av. Sete de Setembro que, ao seguir em direção norte, leva ao Bairro Vila São José e, dentro de um de seus quarteirões, à Comunidade Remanescente de Quilombo Maria Rosalina.

Lá dentro, existem 32 moradias que compreendem uma única comunidade que se autodeclara quilombola. Para chegar em Maria Rosalina basta virar à esquina do tradicional “Colégio Murialdo”, descendo a rua até encontrar, à esquerda, a entrada para o quarteirão. A passagem é composta por dois muros, um ao lado do outro, formando um grande corredor que dá acesso ao terreno. Em um deles, pode-se ver uma pintura colorida, expondo símbolos da cultura quilombola, as palavras “resistência” e “quilombo”, além de um punho erguido.

A comunidade fica próxima da maior concentração urbana do município, mas não é toda a população araranguense que chega até lá. Custódia Anacleto, a “Tia Tóda”, uma das vozes de liderança do quilombo, relata que é incomum a passagem de pedestres pela calçada em frente à comunidade.

“Eles nunca entraram lá dentro, mas eles julgam sem ver, né?”.

O nome pejorativo, “Buraco Quente”, vem das vezes em que pessoas de fora ouviram brigas dentro do quilombo. Relembrando essa origem, Custódia comenta que aqueles que passavam pelo lado de fora e ouviam os sons de discussão acalorada comentavam: “o buraco tá pegando fogo!”.

Os conflitos que deram nome ao espaço, aconteciam principalmente durante os chamados “bailes”, festas que ocorriam aos fins de semana com diferentes convidados. Na ocasião, era comum a

interferência policial. Estes eventos eram sinônimo com o local no Século XX, porém, deixaram de acontecer com o passar das décadas.

A gestão municipal historicamente aponta uma situação de vulnerabilidade social no local e, entre os relatos dos moradores, se identifica falta de saneamento básico e esgoto a céu aberto, má distribuição de energia elétrica e um antecedente de operações antidrogas que resultam em violência. Como diz a Custódia: “deixam eles lá jogados, né?”. O argumento que justifica uma ampla falta de assistência, segundo ela, é a alegação de que lá haveria tráfico de substâncias ilícitas, “mas eles não fazem nada para mudar”.

Entre os moradores quilombolas de Maria Rosalina, existem 43 crianças e adolescentes, todos eles deixando diariamente o espaço para estudar nos colégios comuns. “Eles falam que brigam com eles na escola, chamam de negro”, conta Custódia. “Aí, eu tento conversar com eles, né? levar um pouquinho de amor para eles também. Para eles acreditarem que tudo vai dar certo.”

Custódia, assim como outras figuras que colaboraram para a criação desta reportagem, aponta a negligência do município em relação aos habitantes. O que eles relatam não é uma valorização de suas origens e sim, a negação dela por parte de representantes da gestão.

Este é um cenário que os habitantes, juntamente a membros do Movimento Negro Unificado (MNU), buscam transformar. Através de participações em movimentos estudantis no Campus Araranguá da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entrevistas para as rádios e TV local e presença nas redes sociais, representantes de Maria Rosalina reivindicam o reconhecimento do real nome da comunidade.

Foi apenas recentemente que a gestão municipal se envolveu publicamente no processo de reconhecimento quilombola pleno da comunidade, ainda em andamento. Em 20 de agosto de 2025, em sessão ordinária na Câmara de Vereadores, o Procurador Geral do Município, Jorge Menezes, disse que o executivo foi pego de surpresa pela autodeclaração e a tramitação que ela envolve.

A experiência de apuração desta reportagem constatou a mesma surpresa sofrida pelo Executivo entre diversos outros cidadãos araranguenses. Quando ouviam falar da comunidade, frequentemente os moradores do município faziam a mesma pergunta: “mas como assim um quilombo?”.

A antropóloga Raquel Mombelli, que é doutora em Antropologia Social pela UFSC e possui um longo histórico de trabalho com comunidades quilombolas, aponta que situações como essa, de apagamento das distinções raciais em Santa Catarina, são fruto de um projeto de manutenção da identidade do estado. Existe um mito comum de que o trabalho dos escravizados não faz parte da história catarinense, sendo que, na verdade, o que se identificava era uma forma de organização da escravidão diferente do resto do país. Os escravizados em Santa Catarina trabalhavam principalmente em funções domésticas e urbanas, ao invés das grandes plantações. A presença de quilombos no estado comprova esse passado e, a narrativa que nega essa parte de sua história, contribui para a falta de amparo dos descendentes das pessoas escravizadas.

Com medo da reputação da comunidade Maria Rosalina, a maioria dos habitantes da cidade nunca adentrou a rua que se estende cerca de 150m ao interior do quarteirão, com casas de madeira em suas extremidades. Entre as moradias, ruelas se dividem em diferentes caminhos para as residências de outros moradores em um espaço de aproximadamente seis mil metros quadrados. Em entrevista, questionada se qualquer um é bem-vindo dentro dos muros, Elizama da Silva de Souza respondeu: “vocês entraram aqui, não entraram?”.

Atualmente, o posicionamento oficial da gestão municipal, como disse Menezes na Câmara, é de que a situação legal do espaço está sob análise e não cabe a eles determinar o que é ou não um quilombo antes de uma conclusão definitiva. Menezes, em pronunciamento no dia 20 de agosto na Câmara de Vereadores, aponta que o Executivo presta toda a assistência possível aos moradores, assim como trabalha para aumentar a segurança no local e para melhoria social da comunidade.

Luciana Gonçalves Mina, coordenadora de educação quilombola do Centro de Educação Jovens e Adultos de Araranguá (CEJA), defende a autodenominação dos habitantes, explicando que é a relação de ancestralidade deles com os quilombolas que se estabeleceram naquele espaço desde o século passado que os torna remanescentes. Por essa definição, a Comunidade Maria Rosalina é indubitavelmente um quilombo e, portanto, se enquadra em um ordenamento jurídico que confere uma série de direitos a seus moradores antes mesmo que a delimitação da terra seja concluída.

Legalmente, Maria Rosalina apenas tem a autodeclaração quilombola e o processo vai além disso. O certificado emitido pela FCP conforme o 4º artigo do Decreto 4.887/18 é apenas um título de reconhecimento, visto que a organização não certifica estas comunidades com base em uma avaliação de quem é ou não quilombola. Ao invés disso, respeita-se o direito à autodefinição, conforme estabelecido pela Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A autodenominação é a primeira etapa de um processo de demarcação definitiva, que pode ser apresentada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para solicitar a titulação. Para isso é elaborado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RITD), uma coleta de dados em campo e junto a instituições públicas e privadas com o objetivo de definir os limites dos territórios a serem considerados quilombolas. É no processo de elaboração do RITD que se encontra a situação legal de Maria Rosalina.

Mesmo assim, a autoidentificação pela FCP já enquadra Maria Rosalina em uma série de direitos constitucionais, sendo oficialmente reconhecida pelo Estado como comunidade quilombola. A Constituição Federal, nos arts. 215 e 216, garante proteção às manifestações culturais afro-brasileiras e aos modos de criar, fazer e viver desses povos. Já a convenção Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é ratificada no Brasil e tem força de lei, assegura o direito de consulta prévia sempre que políticas ou projetos afetem diretamente suas terras, recursos ou modo de vida, independente da titulação.

A elaboração desta reportagem envolveu a participação de pessoas de dentro e fora dos muros, cada um com suas próprias narrativas, algumas delas conflitantes. A comunidade foi construída por muitas Marias, diversos Josés, contou com a permissão de uma das famílias mais conhecidas do município para se estabelecer e esteve lado-a-lado com os padres da Paróquia Nossa Senhora Mãe dos Homens. Hoje, sua voz é de muitas lideranças e sua história, fragmentada em décadas de tradição oral.

### **Uma Comunidade de Marias**

O nome Maria Rosalina homenageia duas mulheres que ajudaram a construir a comunidade. Além da própria Maria Rosalina Anacleto, avó de Custódia - que hoje é presidente da Associação dos Remanescentes de Maria Rosalina - destaca-se também Maria Bernardina de Jesus, a “Mariazinha parteira”. Descrita pelo filho, José Luiz de Jesus, como uma mulher negra de pele bastante escura, estatura baixa e robusta, com cabelos crespos, ela foi também benzedeira, cartomante e lavadora. Era uma figura de liderança, carregava uma faca na bota e frequentemente fumava seu cachimbo.

Mariazinha chegou à comunidade em 1948 e foi a primeira a entrar em contato com o proprietário formal do terreno, o vereador Maximiliano Henneman, que morava ao lado em uma casa de dois andares feita de madeira e que hoje já não existe. Na época, os povos remanescentes da região em sua maioria ainda não haviam se estabelecido no local e Mariazinha morava no Bairro Alto Feliz, próximo da localização onde hoje fica o Corpo de Bombeiros, cerca de 2 km da casa de Maximiliano.

Ela fazia diariamente o trajeto de ida e volta a pé em uma época em que havia poucas estradas, apenas areia e eucalipto, até chegar na residência onde trabalhava fazendo comida, limpando e cuidando dos filhos da família Henneman. O terreno que hoje constitui o quilombo havia sido adquirido por Maximiliano, que então sugeriu que Mariazinha se mudasse para o local junto da família para que não tivesse que fazer a caminhada diária. Ela se tornaria uma pessoa de confiança e quem mais transitava entre a comunidade e os limites da moradia dos Henneman.

Mariazinha tomava conta do casarão e cuidava dos filhos de Maximiliano, alguns deles se referindo a ela como sua “mãe preta”. Conforme mais pessoas chegavam ao terreno, era ela que o proprietário consultava sobre quem eram, tendo uma forma de controle. Ao entrar no quilombo, sua casa era a primeira à esquerda.

A antropóloga Raquel Mombelli, aponta que o termo “mãe preta”, embora em casos como o de Mariazinha seja usada de forma carinhosa, remete a ao passado de escravidão no país. Pessoas escravizadas exerciam diferentes funções, e entre elas havia as “amas de leite”. Uma teoria racial popularmente conhecida no século XVIII afirmava que o leite da mulher negra era mais forte e abundante, em função disso, era comum que as escravizadas que estavam amamentando seus próprios filhos fossem transferidas para a casa de seu senhor para amamentar as crianças da casa grande. Desta forma, as mulheres brancas também eram poupadas do penoso processo da amamentação. Daí, surgem as “mães pretas”, alcunha que seria utilizada para diferentes propósitos no país.

A própria Mariazinha não sabia bem suas origens, algo comum entre os habitantes mais antigos da comunidade. A contaram que seu pai era baiano, um militar, tenente Gualberto de Lima, que foi enviado ao estado para lutar na Revolução de 1930. Em Araranguá, conheceu Donária da Silva, mulher de origem portuguesa, com quem teve Mariazinha, ele teria deixado a mulher grávida antes de ir ao combate, partindo com o desejo de ter um filho homem que fosse soldado. Quando retornou e encontrou uma menina, saiu novamente sem jamais retornar. Donária viria a dizer à filha que ele morreu lutando.

Para Zé Luiz, filho de Mariazinha, ela herdou do pai a fé de matriz africana. Era da umbanda, sua casa repleta de símbolos de Iemanjá, Iansã e Ogum, tanto nessas imagens quanto como os santos Nossa Senhora dos Navegantes, Santa Bárbara e São Jorge. Tinha o dom da cartomancia e dos dados, além de incorporar um Preto-Velho, a quem atribuía o hábito do cachimbo. Para esta ocupação, não cobrava dinheiro, apenas doações.

Foi junto de Maria Hennemann, uma das filhas de Maximiliano, que ela aprendeu o ofício de parteira pelo qual ficaria mais conhecida. A princípio apenas ajudava, até assumir o papel dentro da comunidade em crescimento. As mulheres que davam a luz dentro do quilombo passavam três dias em sua casa sendo cuidadas, e ela foi reconhecida pelos partos de crianças que médicos comuns se negavam a fazer. Maria Silésia dos Santos, hoje a habitante mais antiga da comunidade, diz ter ganho cinco filhos com ela e a mais velha, Maria Gorete, acredita que não teria nascido se não fosse Mariazinha, visto que era uma gravidez de risco.

Ela então viveria o resto da vida no terreno, sendo uma das pessoas que testemunhou sua transformação em uma comunidade constituída por remanescentes quilombolas, com permissão da família Henneman e do proprietário que se tornou uma figura querida para os moradores: “Seu Max”. Mariazinha passou de cuidar dos filhos de Maximiliano para cuidar dos netos, um deles, Antônio, se lembra dela já como uma senhora que os tratava como família, uma configuração cultural frequente no Brasil de legado escravocrata, ele sendo amigo de infância de seu filho Zé Luiz. Quando criança, pegava a xepa dos charutos do avô e corria para a casa dela para que ela os usasse no cachimbo.

A maior fonte de renda de Mariazinha era o serviço de lavadeira. Segundo Maggy Henneman, neta de Seu Max, o avô a pagava por trabalho e também através de alimentos, descrevendo-a como uma “pessoa de confiança que ajudava lá em casa”. Na época, as Leis Trabalhistas não estavam estabelecidas da forma que existem hoje, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ainda era recente, sendo instituída em 1943. Desta forma, segundo relatos dos descendentes de Max Henneman, ela nunca foi considerada uma funcionária ou contou com pagamentos fixos mensais.

Na atualidade, o trabalho doméstico segue sendo principalmente informal. Em 2025, segundo uma pesquisa encomendada pela Organização Nacional do Trabalho (OIT), a categoria é majoritariamente formada por mulheres que representam 90% da força deste trabalho, sendo 66% negras. 665 pessoas foram consultadas e apenas 25% delas tinham carteira assinada, além de que 64,5% recebiam menos que um salário mínimo.

Mariazinha incentivou os sete filhos a ler e estudar, permitindo que no futuro eles tivessem acesso ao ensino superior. Zé Luiz recorda que na infância era um dos 31 engraxates que trabalhavam na cidade. Eles recebiam as caixas de sapato gratuitamente de dois comerciantes locais e lembra da vez que não lhes cobraram os livros que precisava para estudar, o que não foi do agrado da sua mãe, que fez questão de ir até a loja para negociar uma forma de pagar pelos produtos: duas trouxas de roupa lavadas para cada. Ela detestava receber coisas de graça, dizendo ao filho que “se a esmola não te vicia, ela te mata de vergonha”.

Não era incomum que os jovens Maria Rosalina começassem a trabalhar logo cedo, a maioria dos entrevistados nascidos no século XX relatam que o fizeram antes da maioridade. Esse é um cenário usual em todo o estado até os dias de hoje, não apenas entre crianças de origem quilombola, Santa Catarina historicamente tem um dos piores índices de trabalho infantil do país. Segundo o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), em 2019, a unidade ferativa contabilizava 55.668 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil, 4,9% do total de crianças e adolescentes do estado, acima da média nacional de 4,8%.

Com os anos de trabalho, o sabão caseiro feito com soda e gordura animal viria a causar calos doloridos nas mãos de Mariazinha, que teve de abandonar o ofício. Nos anos 90, já aposentada e na faixa dos 70 anos, ganhava menos que um salário mínimo da previdência, o que não chegava até metade do mês. Passou o resto da vida na comunidade e, quando faleceu nos anos 2000, o cenário ao seu redor já era bem diferente daquele que encontrou na década de 40.

“A minha vida é bastante difícil, a minha e a de todo mundo. A gente passa o dia na graça de Deus, porque se não tem, come o que tem. Se não tiver, toma uma caneca d’água, se tem uma cana vai e chupa, se tem uma laranja vai lá e chupa, se não tem faz um chá de folha de laranja e toma. O pobre sente fome, sente frio. É assim, a gente vive assim.” - Mariazinha, em entrevista concedida a Antônio César Spricigo em 1993.

## **Origens Quilombola**

“Local onde um grupo de escravizados fugidos se escondem”. Essa é uma concepção comum da ideia de quilombo no Brasil, que remete a um passado remoto ligado à escravidão, porém essas comunidades não existem apenas nos séculos anteriores ou sequer são locais desconectados da realidade atual.

A formação dessas comunidades apresenta mais origens do que apenas a abolição formal da escravidão em 1888. Mesmo após essa data, novos quilombos foram formados a partir de pessoas que foram libertas pela Lei Áurea ou seus filhos e netos. O processo de marcação da identidade quilombola se dá através da transição de pessoa escravizada para camponês livre, e os grupos formados então naturalmente atraíam mais habitantes.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, Araranguá possuía 71.922 habitantes, todos livres perante a lei. Já em 1866, esse número era bem menor: 4.238 habitantes, porém, apenas 3.376 possuíam liberdade, com os outros 907 (quase 25%) sendo pessoas escravizadas.

Esses dados foram levantados pelo professor de geografia e residente de Araranguá, César Spricigo, através de inventários de bens deixados pela população da Freguesia do Araranguá entre os anos de 1840 e 1900. Na época, a extensão do município se dava até a cidade de Laguna, que hoje compreende parte das microrregiões da AMESC e da Associação dos Municípios da Região Carvoeira (AMREC). A freguesia, na época conhecida como Nossa Senhora Mãe dos Homens, foi criada em 4 de maio de 1848 pela Lei Provincial nº 272, tendo uma extensão de mais de 100 km.

Cerca de um terço (31%) dos habitantes de Nossa Senhora Mãe dos Homens dispunham de escravos. Oficialmente, a posse de pessoas escravizadas deixou de ser permitida a partir de 1888, oito anos antes da Freguesia se emancipar de Laguna através da Lei Provincial nº 901/1880, que elevou o povoado às margens do Rio Araranguá à sede da Freguesia que a partir de então levaria seu nome.

Os 907 escravizados que, uma vez libertos em 1888, encontraram diferentes formas de organização na microrregião do Vale do Araranguá, fizeram parte da formação de comunidades distintas na região. Foi a partir daí que surgiu também a Comunidade Quilombola São Roque, em Praia Grande, município que se emancipou de Araranguá em 1967. Com uma colonização de matriz italiana e alemã, Araranguá tem, segundo o Censo de 2022, 1.971 pessoas autodeclaradas pretas (2,8%) e 8.775 pardas (12,2%), além de 78 indígenas (0,1%).

Em Timbé do Sul, que também deixou de ser parte de Araranguá em 1967, existiu uma comunidade conhecida como “Morro da África”. O território do município hoje faz divisa com Cambará do Sul e São José dos Ausentes, os dois já parte do Rio Grande do Sul, estado que aboliu a escravidão quatro anos antes do resto do país, em 1884.

Em entrevista concedida a César Spricigo em 1993, o então morador mais antigo do que na época era conhecido como “Buraco Quente”, Otávio Tomé dos Santos, recordou que os primeiros habitantes do terreno que viria a se tornar o quilombo chegaram por volta de 1930, quase 20 anos antes de Mariazinha Parteira. A região foi descrita como praticamente vazia, e o primeiro a se instalar no local foi José Marcília, seu sogro, que precedeu a formação da comunidade.

O nome Buraco Quente começa a ser citado a partir de 1935. Com a chegada da Congregação de São José em Araranguá, que se estabeleceu próximo à comunidade em 1955. Os chamados “Josefinos de Murialdo”, grupo religioso que fundou o colégio ao lado, sugeriram que a comunidade fosse rebatizada para “Vila São José”, para remover o teor pejorativo. O nome não foi aderido pela

comunidade e acabou dando origem ao bairro que faz divisa, futuramente a denominação “Vila Samaria” seria adotada, antes de ser abandonada em prol de Maria Rosalina.

Na época, Araranguá era local de passagem para Criciúma, município que foi seu distrito até o ano de 1925 e se encontrava em rápido crescimento em função da exploração de carvão na região, atraindo um grande fluxo de pessoas. Os viajantes frequentemente faziam parada na “Casa dos Pobres”, uma instituição municipal que abrigava pessoas desabitadas e se localizava a cerca de 100 metros de onde hoje vivem os remanescentes, no mesmo quarteirão. O terreno do quilombo já pertencia a Maximiliano Henneman e habitado por Mariazinha, assim alguns dos que passavam por lá acabavam ficando, até que a instituição foi desativada pela prefeitura, deixando muitos sem lugar para morar além da comunidade.

Entrevistar pessoas envolvidas na origem do quilombo revela uma formação variada, fruto da soma de diferentes vivências, mas também a dificuldade em determinar certos acontecimentos com precisão. O filho de Mariazinha, Zé Luiz, conta que sua mãe era filha de um tenente baiano, porém, ao ser entrevistada por César Spricigo antes de falecer, a própria acreditava que o pai era carioca.

O professor César atribui estas incongruências narrativas à forma de vida difícil dos moradores. “Na luta que imprimiram para sobreviverem, necessitavam apenas trabalhar para que não pusessem. A vida lhes era tão dura que não propiciava momentos para conversarem sobre os seus”. Em entrevista que lhe foi concedida por Diná de Assunção, em 1993, a moradora da comunidade contou: “eu não sei quase nada dos meus pais, só sei que ele era feitor de estrada. Ele veio, parece, de Minas Gerais, lá do norte”.

“Ao que tudo indica, os moradores do ‘Buraco Quente’, de origem negra, possuem muitas ligações em comum: certamente todos tiveram ancestrais provenientes da África, que eram trazidos para o Brasil a fim de serem utilizados como mão-de-obra escrava”, conclui o professor. Diversos habitantes, mesmo não conhecendo a história de seus pais, acreditam em sua maioria que vieram do mesmo lugar: o Morro da África, em Timbé do Sul, incluindo a família de Custódia, neta de Maria Rosalina. Hoje, aquela comunidade já não existe mais, e registros de sua existência existem apenas através da oralidade geracional dos filhos e netos de seus habitantes.

Referências a um “Morro da África” em Santa Catarina são encontradas apenas em uma comunidade no norte do estado, em Jaraguá do Sul, 380 km de Araranguá. O único registro bibliográfico que esta reportagem foi capaz de localizar eram as pesquisas do professor César Spricigo, cujo nem todas estão disponíveis publicamente e foram cedidas para a apuração deste texto.

### **Um Terreno, Uma Família**

Foi no ônibus, em 1945, que Maximiliano Henneman conheceu Carlos Belinzoni, por acaso. Membro de uma das famílias mais influentes de Araranguá, Carlos há anos comerciava farinha de mandioca no município, e junto do filho, Walter, administravam um açude e moinho, investimento que na época dava os primeiros passos. Em uma conversa casual, Maximiliano revelou seu ofício de “guarda-livros”, hoje contador, e recebeu o convite dos Belinzoni para vir até o município trabalhar com eles por um período de teste de seis meses, caso não gostasse, poderia seguir seu caminho original para Anapólis. Seu Max acabou ficando.

Nascido em Lajeado, Rio Grande do Sul, em 1904, Maximiliano morava em Porto Alegre, onde vivia com a esposa, Judith, e seus 10 filhos. A convite dos Belinzoni, partiu para Santa Catarina com o intuito de adquirir terras em que a família pudesse morar. A esposa veio depois, sem as crianças, para

conhecer a cidade e o terreno onde seria a casa, foi só com a aprovação dela que, após três anos, em 1948, os filhos viriam morar no casarão que dava fundos para onde hoje está o Quilombo Maria Rosalina.

Aos 81 anos, Maggy Henneman, caçula de Maximiliano, conta em entrevista que quando o pai comprou o terreno, um pequeno grupo de pessoas já vivia ali, à revelia do proprietário anterior que pretendia vender o espaço e, no processo, expulsar a todos. Maximiliano então decidiu adquirir o local, já como um projeto social, permitindo que as pessoas que lá estavam permanecessem.

“[A Mariazinha] foi trabalhar como empregada da casa do meu avô e ele permitiu que daí, pela proximidade, ela morasse ali”, conta o neto, Antônio, em entrevista. “E depois outras pessoas, como era uma área razoável, solicitaram permissão para também ali se instalarem e ele foi permitindo.”

Foi com Mariazinha já empregada pela família que mais vieram, todos a partir do consenso dela e de Maximiliano. Chegaram Maria Rosalina e as parentes, que logo passaram a compôr a formação da comunidade. Em sua maioria eram lavadeiras, cada uma era dona de um poço, onde os filhos de Seu Max brincavam com as outras crianças.

Maggy lembra de trabalhar na terra e brincar no pomar plantado pelo pai, que tinha todas as frutas que podiam imaginar. Conta que eram bastante livres para ir e vir, conhecendo todos os vizinhos e as outras crianças.

Maximiliano estava sempre com seu charuto e, segundo Antônio, era bastante rígido com a família, “se eu pegasse dinheiro do meu avô tinha que devolver no mesmo dia”. Sua rigidez não se estendia para a esposa, “que é quem mandava nele, né? Bem entendido, não adianta dizer que é um grande homem se não tem uma grande mulher do lado”.

Segundo Antônio, Judith estava de acordo com a formação do quilombo. “Veio uma série de moradores, começaram a se estabelecer até que meio que lotou, né? Sem oposição dele, pelo contrário, com a permissão dele enquanto vivo e depois sem oposição dos familiares, dos descendentes dele, porque sabiam que aquilo ali era uma obra dele. Deles, dele e da avó. Ele não faria sem a vó autorizar.”

Judith é descrita pelos parentes como bastante culta, “o que ele gastava em charuto, ela gastava no cinema”. Antônio lembra dela sendo carinhosa, tanto com a família quanto com os moradores da comunidade. Fazia o café bastante quente para que as crianças não tomassem com pressa e lembrassem de comer pão para não ir brincar de barriga vazia. Já nos almoços de domingo, o refrigerante desta família de origem alemã era vinho com água e açúcar.

O pomar da infância de Maggy, na de Antônio tinha se tornado uma grande plantação em que ele e o primo Giovanni corriam do avô quando o acordavam de seu descanso. Maximiliano pegava uma vara de marmelo para assustar as crianças, mas não conseguia acertar nenhuma, já que sempre corriam para o mato. “Sai da macega”, ele gritava com frequência, por isso Giovanni acabou ficando com o apelido: macega.

Antes da formação do Colégio Murialdo, os Josefinos, grupo religioso que volta-se principalmente para bairros populares e periferias de centros urbanos, frequentemente repousavam na casa da família Henneman enquanto a escola ainda não existia. Quando chegaram em 1952, os padres identificaram a necessidade de um ginásio para a juventude, algo que os membros da paróquia e administração municipal buscaram remediar com doações de espaço para construção de uma instituição de ensino.

Max, que também era proprietário de um terreno do outro lado da rua de Maria Rosalina, foi um dos doadores. Assim, em 1955, o Ginásio dos Padres seria fundado.

Segundo os netos, Maximiliano era uma pessoa de muita fé, em sua estatueta de Nossa Senhora, deixava uma flor fresca todos os dias. Rezava diversos terços diariamente, além de fazer rezas para pessoas doentes dizendo “eu vou rezar, mas você tem que rezar também.” Hoje, Antônio atribui sua crença ao avô, tendo herdado dele a estatueta e o hábito de orar o terço.

Era também muito ligado à política e, segundo o neto, se alinhava fortemente com Getúlio Vargas, fundador do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além de presidente e ditador do país de 1930 a 1945 e entre 1951 e 1954. Na eleição de 1966, Max foi eleito vereador, sendo o único de oposição. A candidatura foi a convite do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para substituir outro candidato assassinado três meses antes. Ele, junto de gestores do município, criaram um projeto de doações fixas a partir de um cadastro dos habitantes em vulnerabilidade social. Maggy conta que foi por causa da influência do pai e o constante trabalho com comunidades empobrecidas, não apenas do quilombo, que se tornou Assistente Social. Max fez um mandato completo, Antônio atribui o respeito que tinha na cidade como o motivo que os militares da ditadura não o perseguiram.

Judith faleceu em 1984, antes do marido. O neto Giovanni conta que, durante a divisão de seus bens, houve uma movimentação da comunidade com medo de que fossem despejados do terreno como parte da herança, rumor que ele acredita ter sido criado por “gente de fora” que desconhecia a história do quilombo com a família. Esse foi um momento de mágoa para Maximiliano, que sentiu-se ofendido pela ideia de que faria alguma coisa contra os habitantes ou que seus familiares tivessem alguma intenção de fazê-lo, “coisa que não se passou por nenhum dos herdeiros”.

O desconforto foi solucionado através do contato com os padres do Colégio Murialdo, que garantiram para comunidade que não seriam despejados. Max contou aos netos a chateação com o ocorrido e os orientou: “aqui ninguém mexe com meus negrinho”. Após falecer em 1985, os herdeiros nunca reivindicaram posse do local.

Para a antropóloga Raquel Mombelli, casos de “ajuda” entre pessoas pretas e brancas no século passado eram envoltos em suas próprias complexidades. Aqueles que eram carentes nas questões de condição de vida e trabalho muitas vezes precisavam encontrar “aliados” para sua própria sobrevivência, como a figura de Maximiliano. Cenários como esses devem ser analisados de acordo com o contexto e mentalidade da época, Raquel aponta que pessoas como “Seu Max” provavelmente agiram da forma que acreditavam ser correto em seu tempo, oferecendo suporte da forma que podiam e julgavam apropriado.

Hoje, membros da comunidade lembram carinhosamente de Maximiliano. “O seu Max era uma bela pessoa. Às vezes faltava água, nós ia lá pegar na casa dele. E ele ajudava, né? Pedia um dinheirinho, ele dava”, descreve Maria Silésia.

“Falar de meu avô me deixa arrepiado, tamanho meu carinho por ele”, Antônio conta. “Ele sempre tratou com muito respeito tanto a Mariazinha quanto às demais pessoas que vieram morar ali.”

Os netos recordam também a época que transitavam livremente a comunidade. Contam de serem bem tratados e descrevem o quilombo como “uma comunidade de gente trabalhadora”, porém, Antônio diz que mesmo antigamente, a percepção de Araranguá com os habitantes não era de respeito.

A cientista política Maria Victória Benevides, escreve que no Brasil a caridade sempre foi mais incentivada e apoiada que as políticas de justiça e reparação social. “Gosto muito de destacar o direito-dever da solidariedade, sobretudo num país como o nosso, pois comumente a palavra assume, entre nós, significados próximos à ideia de caridade, assistencialismo, boa vontade”. Isso agrega ao cidadão um dever que deveria ser do estado: o de garantir os direitos individuais de cada habitante.

A casa da família Henneman já não existe mais e o contato dos familiares diminuiu. Antônio quando encontra conhecidos de lá, diz que senta para conversar, e alguns ainda mantêm vínculos, embora a maioria dos filhos de Maximiliano já tenham falecido e os bisnetos sequer conheceram o casarão em que dividiram espaço com o quilombo.

“Foi um caminho natural. Ele foi deixando morar e foi deixando passar o tempo e era a vontade dele. Nós percebemos, os herdeiros do meu avô perceberam isso para não se opor”, Antônio conclui. “Então nunca houve conflito da família Hanneman com os moradores dali. Nunca. Se alguém falar diverso disso, olha, manda falar comigo”.

### **“O Buraco Tá Pegando Fogo!”**

Rosa Maria Anacleto nasceu e cresceu na Comunidade Remanescente de Quilombo Maria Rosalina, aos 60 anos, buscando melhores condições de vida, se mudou do local. Este não é um caso incomum, com vários dos habitantes originários deixando a comunidade uma vez que adquirirem melhores condições financeiras.

Eles contam que o vínculo emocional nunca some, Rosa visita a antiga casa com frequência. “Uns saíram e os outros continuam aqui também. Mas a gente sempre vem, né? Quando eu posso eu tô sempre aqui junto com a com a Tóda. Tem parente ainda, né? A gente tem parente aqui ainda.”

A razão de deixar o espaço é sempre a mesma: as condições de vida. “Antigamente não tinha esgoto. Antigamente não tinha água encanada, tinha um poço aqui no meio. Então quem foi crescendo que pôde sair, saiu, dos mais velhos ficaram, né? Mas tem os que morreram também.”

Dos tempos de infância, ela lembra com carinho. “A gente era bem feliz, assim, quando tinha todo mundo junto, né?”, diz, compartilhando uma recordação de que os habitantes da comunidade eram, em geral, família, seja de sangue ou de coração.

Rosa foi uma das muitas que tiveram de deixar a vida de criança cedo. Começou a trabalhar com sete anos, como doméstica, para ajudar em casa. Relembra que sempre foi difícil encontrar serviço em função do preconceito que sofriam por serem do “Buraco Quente”.

Ela é irmã de Custódia, as duas, netas de Maria Rosalina. A irmã descreve a avó como “uma mulher muito guerreira, ajudava todo mundo ali dentro. Ela fazia parto, ela benzia e ela dava remédio”.

As duas são filhas de Elvira, lavadeira que trabalhou com “Dona Zélia”, filha de Maximiliano, assim como as duas, que foram empregadas por membros da família Henneman. Da juventude, lembram das mulheres principalmente como profissionais de limpeza e os homens na construção cívica e plantio.

A maioria casou-se jovem, antes dos 20, já que facilitava na divisão de renda. Os mais antigos da comunidade, como lembra Custódia, eram figuras conhecidas que faziam o papel de orientar os mais novos. Destes, destacavam-se as benzedeadas, que eram o principal motivo de habitantes do resto do município fazerem visitas.

Muitos receberam bolsas de estudo no Ginásio do Colégio Murialdo, que tinha um extensivo programa de assistência social, embora não garantisse a permanência destes estudantes. Na geração de Custódia, poucos conseguiram se formar, por serem alvos de racismo. “A gente entrava lá dentro a ‘negra do buraco quente’. Era essas coisas feias que diziam pra gente. Ai era chamado de negro, ou ‘tu mora no buraco quente’, ai a gente não ia mais pra aula.”

Custódia conta de uma juventude mais rebelde ao se deparar com casos de racismo nas instituições de ensino, “a bofetada comia”. Hoje, ela diz que “o que eu fazia quando era pequena lá na escola, eu não passei nem para os filhos e nem para os da comunidade, né? Porque eu achava errado”.

A vida toda, foi babá e faxineira e diz ter orgulho disso, citando que as pessoas que trabalhou foram boas para ela. Porém, as filhas não pretendem seguir o mesmo caminho, então “eu digo: vão estudar, né? Porque a mãe não teve a oportunidade de estudar porque também era meia sapeca, né? Ai vai fazer o quê? Vocês aproveitem!”.

Ela é também uma das que mantém a fé de matriz africana viva, tendo aprendido da mãe a prática de benzedeira e incorporação. Ela lamenta o falecimento dos habitantes mais antigos, muitos que não passaram os ensinamentos adiante, “tinham mais fé”. Com isso, a religião tradicional foi abandonada pela maioria dos habitantes em favor do evangelicalismo, devido a diferentes influências externas.

Maria Silésia, hoje com 75 anos, é a mais antiga moradora. Trabalhou em uma antiga metalúrgica do município e agradece por ter conseguido uma boa aposentadoria em função disso. Antes, lembra que trabalhavam à noite para comer durante o dia.

Em sua idade avançada, gosta que hoje já não haja mais tanta “bagunça” quanto antigamente, referindo-se aos conflitos. Custódia tem uma experiência parecida, lembrando que no século passado, o maior problema que tinham internamente era a “cachaça e as brigas”. Esses relatos remetem a origem do nome “Buraco Quente”, relacionados às festas que por vezes saíam do controle.

Geralmente aos sábados, aconteciam os chamados “bailes”. De organização interna, acontecendo em casa alternadas, também conhecidos como “bailes das empregadas”, esses eventos reuniam convidados, em sua maioria homens, contando com muita bebida e com frequência terminando em brigas. As celebrações eram conhecidas em toda a cidade e não era incomum que outras pessoas viessem buscando participar, aqueles que não tinham convite eram tratados com hostilidade, resultando em intervenção policial e a associação com a violência no local.

De fora da comunidade, Antônio Hennemann diz que a violência era mais ocasional: “tinha briga entre eles eventualmente, né? Uma briga, uma cachaça a mais, né? Mas não era uma coisa assim, não, não era um lugar violento”.

Porém, a percepção era o suficiente para acarretar uma série de violências contra os habitantes. Os maus atos de membros isolados levavam ao julgamento de todos os habitantes, como conta Irene da Silva, sobre seu irmão “Nego Cláudio”.

“Mesmo que não fosse ele as pessoas iam lá e mexiam, eles vinham pegavam o Cláudio e davam, batiam. Uma vez botaram o Cláudio no pau-de-arara, botaram ele pra beber mijo ao invés de água, pedia comida eles deram carocha. Então, assim ele sofreu quantos anos, pagando por coisas que ele não fez.”

Sobre os bailes, Otávio Tomé dos Santos, antigo morador, hoje já falecido, contou a seguinte história para o professor César Sprigigo.

“Quando foi de madrugada, veio a polícia, chegou na porta e quis meter o pau em um preto que tinha ali, um tal de Atidori que saiu pra rua e já pegou o pau. Quando chegou o soldado, ele arrancou o revólver, chegou uma mulher, meteu a enxada no revólver, avançaram no soldado. O soldado saiu aqui perto da minha casa, arreventou três fios de arame, quando saiu lá na rua, saiu pelado só de cueca. Pegaram boné, pegaram farda, pegaram tudo. No outro dia foram entregar pro juiz, um tal de ‘Pé-Grande’, aí o juiz disse assim:

- Aonde aconteceu isso?
- Foi no Buraco Quente.

O juiz deu uma risada, porque eu tava trabalhando ali pertinho dele, eu era dono do baile, né? Chegaram para o juiz para entregar o capacete, o revólver quebrado em dois pedaços, um 38. Isso fazia uns dez anos que eu era casado, por volta de 1950, e depois disso o juiz disse pro soldado que apanhou no baile:

- O que tu tinha que fazer lá, se tu não fosse chamado? Eu mandei um soldado lá para tomar conta da brincadeira dos homens, e tu fosse lá pra dar uma de bacana quebrar tudo?”

Hoje, alguns dos moradores relatam que, com o aumento da perseguição e presença do tráfico de drogas, os bailes deixaram de existir, ou sequer eventos culturais. “Acabaram com a nossa vila, não tem uma festa mais”, diz Maria Gorete.

Segundo relatos, os casos de violência se tornaram mais comuns anos após os bailes deixarem de acontecer. A maioria acredita que foi nos anos 90, após o falecimento de Maximiliano, quando nenhuma liderança política deu o apoio necessário ao local. Sem respaldo institucional, as condições sociais pioraram e a chegada de figuras desconhecidas resultou na entrada do tráfico de drogas.

O aumento da criminalidade está diretamente ligado a fatores sociais e falta de amparo institucional. Este é um fato apontado por uma pesquisa publicada em 2022 pela *Scientific Reports*, que analisou o processo de crescimento de cerca de 1.900 crianças brasileiras em um período de sete anos. Os resultados concluíram que uma medida ampla de pobreza, incluindo baixa escolaridade, pouco poder de compra e acesso precário a serviços básicos, foi o único fator relacionado à criminalidade que poderia ser prevenido. A pesquisa aponta “a importância da pobreza na condenação criminal, visto que ela inclui diversas privações, e sugerem que intervenções de erradicação da pobreza durante a infância podem ser cruciais para a redução da criminalidade entre os jovens brasileiros”.

É importante lembrar que, segundo o IBGE, Aproximadamente 59 milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza e 9,5 milhões em extrema pobreza, além de que, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), mais de 70,3 milhões sofrem algum grau de insegurança alimentar, e 90 milhões não têm acesso à coleta de esgoto. A insegurança alimentar, além da falta de saneamento básico, são todos fatos identificados na comunidade.

Os dados mostram que o desamparo social presente nas periferias aumenta a incidência de crimes, uma realidade que afeta a Comunidade Remanescente de Quilombo Maria Rosalina e poderia ser evitada. O preconceito associado ao espaço é perpetuado pela própria negligência com ele, corroborando para a imagem negativa que tem na atualidade. Como Rosa conta, muitas das famílias originárias ainda vivem no terreno e estão sujeitas às consequências de sua realidade.

Mesmo assim, durante toda a apuração desta reportagem, que esteve em contato com pessoas de dentro e fora da comunidade, debatendo o momento presente e fatos históricos, a violência foi vista

como um elemento mais repercutido do que factual. É importante lembrar que, segundo o censo do IBGE, uma moradia no Brasil tem em média 2,79 habitantes, e, considerando a falta de uma pesquisa específica para Maria Rosalina, as 32 casas da comunidade abrigariam cerca de 89 pessoas por essa métrica, sendo 42 crianças, sem contar os idosos. Se subirmos esse número para 100 pessoas, ainda seria impossível dizer que toda essa centena fosse a maior responsável pelo crime praticado em um município que contava com 75.597 habitantes em 2024.

---

### **Uma Realidade de Resistência: A Vida em Maria Rosalina**

*Até que os leões contem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça*

Em 15 de setembro de 2025, na 47ª Sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Araranguá, representantes da Comunidade Remanescente de Quilombo Maria Rosalina, sob um pedido de voz aberta, marcaram presença para abordar o reconhecimento concedido pela Fundação Cultural Palmares (FCP), que vinha sendo debatido no município. Luciana Gonçalves Mina, coordenadora da Escola de Educação Quilombola, subiu à tribuna para falar sobre a trajetória do espaço.

“Falar de Maria Rosalina, é falar de um povo que não aceitou ser apagado”, abriu Luciana, contando sobre as atividades educacionais conduzidas na instituição que coordena. Pela escola já passaram cerca de 300 alunos, atualmente contando com 63 matriculados e 22 professores. “Não somos escola de marginais, e sim, de educação”, diz, apontando que, através dela, dois remanescentes tiveram acesso ao ensino superior, Renan, no curso de Fisioterapia, e Raquel, em Letras, os dois na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

“Quando uma comunidade quilombola tem seus direitos respeitados, a sociedade inteira se fortalece. A trajetória histórica, ancestral e educacional de Maria Rosalina não é apenas de interesse daquela comunidade, é parte do patrimônio cultural e social de Araranguá e Santa Catarina. Não compactuamos com coisas ilícitas, somos educadores, e reforço aqui nessa casa: a educação é transformadora.”

Subiu também ao pleito Ozair Banha, assessor jurídico da comunidade, que trouxe à Câmara explicações quanto ao processo de demarcação territorial conduzido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), incluindo a indenização das famílias cujas terras são hoje ocupadas pelos remanescentes.

“O que a gente gostaria de fato é que os órgãos públicos municipais, pudessem sentar com a gente para, ao invés de continuar transformando aquela comunidade em problema, que a gente procure soluções que tragam benefícios, que a libertem do tráfico de drogas, que dê oportunidade para que as pessoas que estão lá tenham melhores condições de vida.”

Após a declaração, membros da Câmara puderam fazer pedidos de fala, com o vereador e delegado Jorge Girdali sendo o primeiro inscrito. Em sua fala, questionou Ozair sobre suas declarações, que ele classificou de mentirosas: “no momento que o senhor vai na imprensa e fala abertamente que os marginais que frequentam a comunidade são de fora o senhor mentiu”. Ele então conclui que “a comunidade [Maria Rosalina] quer se livrar daqueles marginais que são filhos do Buraco Quente”.

As declarações resultaram em tumulto por parte da plateia em resposta a essas e outras alegações do vereador, que protestaram contra as falas. Em meio às interrupções, Girdali rebateu, entre outras falas,

com “cala boca” e “eu não ganhei voto de vocês, com certeza. Obrigado, nem quero, eu quero voto de pessoas honestas”.

Os membros da comunidade optaram por se retirar do espaço e, mediante à situação, o chefe da Câmara, Paulinho de Souza, encerrou a sessão.

### **De Fora Para Dentro**

Em 16 de outubro de 2024, por volta das 20h, o 19º Batalhão da Polícia Militar conduziu uma incursão dentro do Quilombo Maria Rosalina em função de denúncias quanto ao porte ilegal de armas de fogo e tráfico de drogas. Segundo a Polícia Militar, um morador da comunidade com 21 anos de idade foi visto portando uma pistola e abordado pelos oficiais em cena. Após tentativa de fuga, ele foi baleado e morto.

De acordo com a guarnição, a vítima não acatou as ordens verbais e, ao tentar fugir, disparou contra a polícia, que respondeu com dois tiros de fuzil. Mesmo ferido, ele continuava armado e mais dois disparos foram feitos, o levando a óbito. Conforme informações do batalhão, o jovem fazia parte de uma organização criminosa e tinha passagem prévia com a polícia. No local, foram encontradas uma pistola calibre 9mm, um revólver .38, além de munição para ambas.

O evento causou comoção no Município e levantou debates. Diferentes instituições como a Associação Empresarial de Araranguá e do Extremo Sul Catarinense (ACIVA), promoveram reuniões para debater a recente onda de violência no município, tendo, segundo o site do grupo, “a situação crítica da Vila Samaria”, como principal tema. José Felisberto Pereira, morador do bairro ao lado desde criança, esteve presente em audiência pública organizada pela Associação de Moradores do Bairro Vila São José para tratar do tema. Na ocasião, ele conta ter visto “muita gente preocupada com o seu próprio umbigo”.

“Todo mundo muito preocupado com o ‘eu’, né? Com a minha a minha propriedade desvalorizando, eu correndo perigo, o pessoal do colégio preocupado com a questão do movimento. Mas ninguém com alguma coisa palpável para realmente solucionar o problema daquela comunidade ali”, aponta. José explica que “pessoas têm maus olhos para a comunidade porque não têm conhecimento, só vêm os comentários negativos”.

José defendeu a necessidade de desenvolvimento do espaço, apontando a falta de um projeto técnico-social que integrasse propriamente as comunidades externa e interna. Ele diz que “ninguém quer abraçar a causa para a solução. É muito fácil criticar, né? É muito fácil ignorar, mas é difícil de se tomar atitudes”.

Enquanto as discussões aconteciam externamente, internamente os habitantes do espaço sofriam as consequências do ocorrido. O rapaz baleado na operação era sobrinho de Maria Gorete, moradora do quilombo e neta de um dos primeiros a se estabelecerem no local.

“Meu sobrinho foi alvejado por trás. Não foi por frente. Dizem que mandaram ele parar e ele pulou a janela, correu. Mas ele correu porque achavam que ele estava armado.”

Em entrevista, ela contou: “mas primeiro acertaram a perna, tá? A perna e a bunda. Pra depois chegar e...”, concluindo com um gesto. “Por que não pararam? Por que deram a queima-roupa?”

O acontecimento se deu no fim da tarde, “ainda era claro”. Gorete conta que os habitantes foram pegos de surpresa. Apontando para as crianças durante a entrevista, ela diz: “eu dúvida que se eles vêem eles também não vão sair correndo. Aí vão começar a matar criança também?”.

A ação da polícia em Santa Catarina teve início em 1835, período colonial, instituída por Feliciano Nunes Pires, Presidente da Província de Santa Catarina na época, através da Lei Provincial Nº 12, substituindo os Corpos de Guardas Municipais Voluntários. As funções e competências da PM estão expressas no artigo 144 da Constituição.

*“A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.*

Porém, a violência policial é motivo de preocupação em Santa Catarina, é o que diz um relatório publicado pelo Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (IMDH/UFSC). Foram analisados relatos de 13 rodas de conversa, com um total de 115 pessoas participantes, conduzidas entre 2021 e 2024 com comunidades da grande Florianópolis, organizações da sociedade civil, membros da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina e do Ministério Público Estadual.

As ações descritas no relatório denunciam ataques à vida, à dignidade e aos bens dos cidadãos por parte de agentes policiais. Segundo a pesquisa, relatos de habitantes de diferentes comunidades da Grande Florianópolis, como e Vale das Palmeiras e Chico Mendes, mostram que “durante os patrulhamentos e operações da polícia, as agressões físicas são frequentes e indiscriminadas, vitimizando adultos, crianças, adolescentes e pessoas idosas.”

O relatório conclui que, em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina onde se encontra Araranguá e a comunidade Maria Rosalina, a atuação policial impacta as expectativas dos moradores das comunidades que são submetidas com frequência a presença policial, influenciando a respeito da “interação com as instituições policiais e [gerando] grande frustração frente à capacidade de instâncias públicas atenderem adequadamente suas legítimas demandas de acesso a direitos e serviços”.

“Os relatos nos permitem concluir que a polícia criminaliza os moradores, excluindo-os da categoria universal de cidadãos, isto é, indivíduos que são iguais em termos legais perante o Estado e compartilham uma série de direitos e deveres. Pelo fato de morarem em locais social e economicamente marginalizados, os moradores tornam-se pessoas suspeitas de conexão com o crime, o que justificaria uma ação mais agressiva da polícia para garantir a ordem pública, negando os seus direitos sociais e políticos. A premissa que orienta a ação policial nesses locais é clara: moradores pobres são criminosos em potencial, ou já o são.”

### **“Eu queria que você viesse um dia ver as praias bonitas de Araranguá”**

Esta frase abre a canção “Papa-Terra”, que se tornou popular na voz de João Batista Cardoso, mais conhecido como “João Medalha”. Ele é uma figura conhecida no município e que nasceu e cresceu em Maria Rosalina. Desde jovem já era apaixonado por música, quando criança era um dos meninos que trabalhavam como engraxate em Araranguá, época em que ganhou o apelido pelo qual ficaria conhecido.

Diz que andava com medalhas baratas, “porque não tinha dinheiro para comprar ouro”. Aos 16 anos, “Seu Alírio”, produtor de uma banda em que iria fazer teste, o viu com os acessórios no pescoço e oficialmente fez o batismo.

Aprendeu a tocar dentro da própria comunidade, começando aos 8 anos de idade. O avô era gaiteiro, e outro morador, Leocrécio, deu umas aulas de violão, porém também diz que desenvolveu muito por conta própria. Na adolescência, já tocava pelos bailes da cidade, o que o levou a ser convidado para diferentes bandas. Assim, veio a conhecer muito da região através da carreira musical.

João Medalha iria parar na TV aberta, no Programa Fantástico, com a música “Papa-Terra”. Foi no dia 26 de agosto de 2012, um domingo em que os fãs de futebol acompanharam a vitória do Figueirense sob o Coritiba, com 3 a 1 no placar. O atacante Aloísio dos Santos Gonçalves, popularmente chamado de “Aloísio Boi Bandido”, foi quem marcou os 3 gols do time alvinegro e, como é tradição, pôde fazer um pedido musical para a Rede Globo de Televisão. Assim, o país todo conheceu as praias bonitas de Araranguá.

Aloísio é natural da Cidade das Avenidas, e foi através do futebol que conheceu Clésio Lopes, o “Mussum”, que jogou no Araranguá Futebol Clube profissionalmente. Ele, assim como João Medalha, é natural de Maria Rosalina, sendo amigo em comum do cantor e do atacante. Hoje, aos 65 anos, ainda marca presença no Máster do Araranguá, time amistoso composto por ex-profissionais. Em sua casa, expõe fotos de diversas formações diferentes do clube que fez parte, além de registros de vitórias que ajudou a conquistar.

Medalha diz que até hoje “se não tem essa música não tem show”. Graças a aparição na TV, foi muito procurado e viajou pelo país, citando que não foi pago pela participação no Fantástico, mas que muitas oportunidades surgiram. Ao longo da carreira, gravou quatro discos, destacando shows no Ginásio Gigantinho em Porto Alegre, na Foz do Iguaçu e no Paraguai.

Até hoje segue em atividade na música. Além de tocar nas casas de show do município, marca presença há mais de 20 anos no Lar de Idosos de Araranguá, se apresentando todos os sábados. “Eu não tenho nada na vida, mas o que eu tenho é da música, né?”, conclui.

A tal da papa-terra é uma espécie de peixe comum do Vale do Araranguá, que tem uma ampla tradição pesqueira. A composição da canção não é de Medalha, e sim de outro artista local, Chico Leal, e sua letra é uma homenagem ao Município e as belezas da região, eternizada em rede nacional por uma voz de Maria Rosalina.

“Eu gosto muito daqui de morar aqui, em Araranguá. Sabe?”, esta fala é de Maria Silésia, hoje mais antiga da comunidade, com 75 anos. O sentimento é reproduzido por outros remanescentes, como Maria Delurdes, esposa de Mussum, que destaca também a relação com o espaço que se instalaram: “a gente é quilombola, da família da minha mãe e do meu pai, são lá das antigas que vieram. Eu nasci aqui, me criei aqui”.

Delurdes é uma das que conta sobre a vida em comunidade: “a gente cria uma coisa boa aqui, os quilombolas”. Diz que os netos, “que já são moços”, estudam e querem trabalhar, mas que muitas vezes não tem oportunidade. “Só pegam de servente”, ela diz, “um dia, dois dia, já termina o serviço e já não tem mais”.

“Eles tem que dar uma oportunidade, porque eles estudam e pegam um servicinho para se manter. Para se vestir, andar bem vestido no centro. Né, bem recebido na sociedade. Se vai em um parquinho tomar um sorvete já ficam olhando, por que isso? Não pode acontecer isso. Só porque a gente é negro?”

Em 11 de setembro de 2018, a casa de Maria Delurdes pegou fogo. O incêndio, como foi noticiado por veículos de comunicação locais na época, teria começado por causa de Lindomar de Assunção, irmão de Delurdes, conhecido popularmente no município como “Barriga”. As chamas teriam se iniciado no sobrado onde ele morava junto a família e se espalhado para a casa da irmã.

“Ele não botou fogo”, Delurdes explica. Segundo ela, o incêndio foi um acidente. Lindomar sofre de deficiência cognitiva, e teria, de acordo com a irmã, deixado uma vela acesa que foi derrubada pelo vento.

A antiga casa de madeira foi destruída pelo ocorrido e a atual não foi finalizada. “Queimou tudo. Perdemos tudo. Só saímos com a roupa do corpo. Ainda tenho o jornal ali.”

Na ocasião, amigos da família se mobilizaram para reconstruir a morada da família. Ela conta que diferentes conhecidos do marido, Mussum, fizeram doações, “o município, né, os amigos dele, cada um ajudou, telha, tijolo, as coisa tudo assim”.

Lindomar é uma figura conhecida em Araranguá como um frequentador das ruas e praças do município, sendo fruto de desconfiança por seu comportamento imprevisível em função da deficiência. “Quando ele sai, ele vai pro centro, lá ele pede e se dá um trocadinho ele já sai, se não der ele cisma que quer”, a irmã conta.

“É igual aqui em casa. Se ele vem aqui e pede alguma coisa, se eu digo que não tem, ele grita. Fica bravo, quer avançar. Então a gente já pega e faz alguma coisa para ele se acalmar. Conversa com ele, diz que não é isso, não é assim, que eu não tenho, ou se tenho, eu dou.”

Delurdes aponta que gostaria que o irmão tivesse tratamento adequado, “eu quero ver se consigo outra internação para ele. Que ele não pode estar assim na rua”. Lindomar precisa de medicamentos para tratar sua condição, a irmã conta que “eu queria que eles internassem. Um pouco, né? Ficasse um pouco, viesse assim bom, tivesse alta”, porém não é o que acontece.

Ela conta sobre uma das visitas que fez ao irmão quando estava internado. Delurdes foi visitá-lo com a filha, porém ao chegarem ele não queria que se aproximassem.

- Por que tu não quer? - Delurdes perguntou.
- Eu to cheirando ruim.

Sobre a clínica, ela conta, “na frente era bonito. Atrás, feio de vida”.

O “Relatório da Inspeção Nacional de Comunidade Terapêuticas”, elaborado pelo Ministério Público Federal e Conselho Federal de Psicologia em 2017, aponta que grande parte das comunidades terapêuticas têm o isolamento ou a restrição do convívio social como parte do tratamento oferecido, o que viola os direitos da pessoa com transtorno mental, incluindo aqueles causados pelo uso de álcool e outras drogas. A Lei nº 10.216 de 2001, que instituiu a reforma psiquiátrica no Brasil, aponta que o atendimento a essa população deve priorizar a inserção na família, no trabalho e na comunidade.

Também se identificou que estes espaços carecem de ferramentas que permitam, às pessoas internadas, a produção de novos projetos de vida ou a aquisição de capacidades e formação para retornar ao convívio familiar, ao trabalho ou à comunidade. Além disso, entre 28 clínicas analisadas, 9 estavam em locais de fácil acesso à visitas, as outras eram localizadas longe do centro dos municípios, em geral com pouca ou nenhuma sinalização e sem acesso via transporte público. No caso de

Delurdes, o local onde o irmão, Lindomar, foi internado, se localizava no município de Curitiba, a 300 km de Araranguá.

Delurdes conta sobre outras dificuldades que enfrenta no dia-a-dia. “Eu queria que melhorasse a rede esgoto, [que tivesse] um negócio para as crianças brincar, e a limpeza da comunidade, né? Que essa prefeitura desse mais atenção, o prefeito nunca deu atenção aqui para cá. É bem difícil”.

### **“Mas Como Assim um Quilombo?”**

Este é um relato pessoal do jornalista responsável pela elaboração desta reportagem.

Eu cresci em Araranguá, vivi na Cidade das Avenidas de 2001 a 2022, e foi apenas ao iniciar na profissão de jornalista que ouvi falar da denominação de Maria Rosalina como comunidade quilombola, graças a presença deles no Instagram. Antes disso, ao estudar no Colégio Murialdo, cujo os limites estão a cerca de 10 metros de distância do terreno dos remanescentes, sempre andava do lado oposto da rua quando fazia o trajeto de casa para a escola diariamente.

A primeira vez que entrei em Maria Rosalina foi durante as gravações do documentário “Há Vida por Detrás do Muro”, que traz um recorte da comunidade na atualidade. No dia, a equipe de produção foi recebida por diversos moradores, conhecendo o espaço e as moradias, acompanhados de diferentes lideranças internas. Em uma única tarde foram sete entrevistadas - três dessas nos receberam em suas casas - e o número de pessoas que se fizeram presentes foi certamente mais que o triplo disto.

O que vi lá dentro foram pessoas comuns em um espaço muito diferente do que me foi descrito pela reputação da comunidade. Todos foram receptivos, muitas das crianças nos acompanharam para todo canto, interessados nos equipamentos de filmagem. Lá, ouvi diversas histórias, algumas muito felizes, outras trágicas, todas de seres humanos dignos de respeito.

Me contaram de rodas de música, grupos de dança, diferentes expressões culturais que durante os anos desapareceram. Seria o começo de um trabalho com os moradores de lá, não sem suas dificuldades, mas que mostrou que os remanescentes eram receptivos e prestaram todo o apoio à realização desta reportagem. Esta série de reportagens nasceu a convite de Custódia Anacleto, presidente da Associação da Comunidade, no dia em que o documentário foi exibido.

Conheci a escola alguns meses depois, quando a coordenadora, Luciana Gonçalves Mina, me mostrou o espaço e o trabalho que desenvolvem. Já Custódia abriu as portas de sua casa para um café e mais de uma vez me atendeu por *WhatsApp* para responder minhas perguntas. Estive presente na Câmara de Vereadores em 15 de setembro acompanhando os moradores e testemunhei a forma com que foram tratados.

Nos meses que foram necessários para a produção do documentário e desta reportagem, ao relatar de forma casual para outros Araranguenses a reportagem que trabalhava, encontrei mais de uma vez confusão sobre este “tal quilombo” que existia no município. Foi apenas no segundo semestre de 2025, com o aumento dos debates acerca daquele espaço e das aparições públicas feitas pelas lideranças, que vi a palavra começar a circular entre os moradores.

Em uma conversa casual, uma colega dos tempos de escola relatou uma experiência de infância em que crianças da comunidade subiram os muros do Colégio Murialdo para interagir com os alunos. Em sua memória, os estudantes foram aconselhados a não conversar com eles.

Isso não é diferente do que eu me lembrava. Quando jovem, a imagem que nos era descrita é que os remanescentes não eram confiáveis, algo que aprendi ser longe da verdade conforme chegava a idade adulta e tinha contato com mais realidades. Porém, não foi a atividade escolar que me deu acesso a essas outras vivências e sim diferentes circunstâncias em minha vida pessoal. Assim, creio que muitos que passaram seus anos formativos sem terem a oportunidade de conhecer essas faces distintas nunca puderam se livrar de seus preconceitos.

Meus tempos de escola já se foram há anos, então não poderia dizer como é a relação dos alunos atualmente com a comunidade, porém queria saber se minha experiência pessoal se repetia até os dias de hoje. Para isso, conduzi uma pesquisa anônima com estudantes do Ensino Médio do Colégio Murialdo, por meio de um questionário online.

Recebi 33 respostas, um número maior do que esperava. Desses, 24 disseram saber o que é um quilombo, eles foram então pedidos para descrever do que se trata. Algumas das respostas podem ser vistas a seguir.

- “Quilombo hoje em dia é uma comunidade formada por descendentes de escravizados que se juntaram em uma área para resistir, e até hoje continuam vivendo em grupo, mantendo cultura, tradições e o direito à terra.”
- “Um quilombola é um membro de uma comunidade remanescente de um quilombo, um tipo de comunidade formada por pessoas que fugiram da escravidão no Brasil.”
- “Para mim é como se fosse uma comunidade que compartilha dos mesmos costumes e tem a mesma classe social. Relaciona-se também com algo indígena.”
- “Um local escondido no meio do mato onde habitavam os escravos.”
- “Uma pessoa que não tem uma casa e que mora nas ruas.”

Percebi que a maioria dos estudantes tinham uma boa noção do conceito de quilombo, pelo menos melhor do que a minha na sua idade. Além dessas respostas selecionadas, as que foram omitidas seguem o mesmo padrão em geral: os alunos compreendem quilombolas como descendentes de escravizados vivendo em comunidades próprias.

Depois disso, os alunos foram questionados se sabiam da existência de um quilombo em Araranguá. 19 deles disseram que sim, e 17 conheciam Maria Rosalina.

A pesquisa então pediu que os alunos descrevessem o que é Maria Rosalina.

- “É uma comunidade em que vivem pessoas que estão à margem da sociedade, por diversos motivos muitas vezes não tem condições e passam necessidade. Porém, existem casos de pessoas que vêm para a comunidade se esconder por conta da criminalidade. Existem pessoas ali que não tem condições de morar em outro lugar e que são boas, porém existem pessoas que roubam, usam drogas e cometem crimes. Por conta dessas pessoas que fazem o ‘mal’ o lugar é visto como ruim e criminoso.”
- “Por meio de notícias que vi sobre o local, sei que é uma comunidade Quilombola, mais conhecida como ‘Buraco Quente’, lá residem pessoas com menos condições financeiras e o local está relacionado a crimes com frequência.”
- “Mais conhecido como um nome pejorativo ‘Buraco quente’, é uma comunidade mais humilde de Araranguá.”
- “A comunidade é um lugar onde tem como dilema manter tradições históricas e territoriais em meio a expansão urbana da cidade de Araranguá.”
- “Sempre fui ensinada que existem pessoas de mal caráter e perigosas.”

Entre essas e outras respostas, vários responderam simplesmente com “não sei”. Além dessas, diversos fizeram descrições mais generalizadas, porém o nome pejorativo foi citado por apenas 7 dos 25 estudantes que fizeram a descrição. A palavra “favela” foi dita uma única vez e a associação com a criminalidade foi feita 4 vezes.

Questionados sobre a quanto tempo conheciam a comunidade Maria Rosalina, 11 disseram que desde crianças e 16 souberam enquanto respondiam ao questionário. Os outros se dividiam entre mais de um ano e alguns meses.

No geral, as respostas me indicaram uma transição em andamento. Os alunos estavam mais bem informados do que eu e meus colegas no Ensino Médio, embora ainda carreguem algumas percepções semelhantes.

Com essas conclusões, me surgiu a curiosidade quanto a forma que a gestão do Colégio Murialdo se relacionava com comunidade. A instituição é uma escola particular cujo a classificação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é a mais alta do município, tendo uma média de 626.21 nas avaliações, segundo o Portal Melhor Escola. Embora a congregação religiosa a qual faz parte tenha seu empenho principalmente direcionado à educação de jovens em situação de vulnerabilidade social, seu alto nível educacional e o preço da mensalidade naturalmente atraem estudantes cujo as famílias são de melhor condição financeira.

Através do Centro de Aprendizagem Murialdo (CAM), a instituição mantém a tradição paroquial de se dedicar à assistência social. Nele, o programa *Proteção Básica: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo de 14 a 17 anos*, desenvolve atividades esportivas e culturais, além de projetos de prevenção ao uso de drogas e DSTs dedicados a estudantes de bairros populares do município gratuitamente, atualmente atendendo 90 jovens, de acordo com o site institucional.

Segundo Custódia, presidente da associação do quilombo, as 43 crianças e adolescentes de Maria Rosalina hoje se dividem entre estudantes da Escola de Educação Básica Castro Alves, Escola Básica Municipal João Matias e do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), todas instituições públicas. Hoje, dois adolescentes de Maria Rosalina frequentam o CAM.

O CAM existe desde 2007, estruturado com apoio de assistentes sociais e age de forma totalmente gratuita. O ingresso é feito através de um edital e inscrição por formulário on-line, seguido de uma entrevista que visa coletar dados sociais do estudante. O programa também faz encaminhamentos a redes de apoio e proteção à criança e adolescentes, como o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), além de outras entidades.

Remetendo mais uma vez a uma experiência pessoal, era principalmente através dos alunos do CAM que estudantes como eu tinham contato dentro do colégio com adolescentes de outras realidades, embora de forma esporádica, visto que os dois programas de ensino eram realizados em espaços separados.

Vilcionei Baggio, que foi diretor do Colégio Murialdo entre 2011 e 2021 - o que inclui o período em que transitei por aqueles corredores - comenta que historicamente a instituição esteve envolvida com o quilombo em diferentes graus. “As crianças eram muito presentes”, ele diz, citando as atividades esportivas.

Ele também comenta ter pessoalmente feito visitas à comunidade, explicando que os habitantes mais velhos possibilitavam um contato “mais estruturado”. Vilcionei cita que, com o tempo, a conexão entre as duas entidades diminuiu.

Como diretor da instituição de ensino, ele aponta que a preocupação com a reputação do local não era de grande relevância, citando que em sua juventude como seminarista o espaço não era motivo de desconfiança. Para ele, as histórias sobre violência se tornaram mais destacadas nas últimas décadas, porém aponta que, no seu conhecimento, o colégio nunca alterou suas políticas institucionais em função disso.

A princípio esta reportagem não se propunha a falar da relação do Colégio Murialdo com a Comunidade Remanescente de Quilombo Maria Rosalina, porém conforme mais conhecia de um, precisava saber mais do outro. As duas entidades estão conectadas por mais do que só a mesma rua, tem uma conexão histórica, às vezes conflituosa, outras de parceria. É importante dizer que, assim como esse texto não seria escrito sem o auxílio de lideranças dos remanescentes, membros do corpo docente da escola também foram igualmente importantes, como o professor César Spricigo, que já tem um histórico de trabalho sobre o tema.

Se os alunos do Colégio Murialdo estão mais bem informados hoje, é reflexo de uma ampla mudança educacional no país. A Lei nº 10.639 de 2003, tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino fundamental e médio, além de instituir 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro) no calendário escolar. Em 2008, a Lei nº 11.645 ampliou a obrigatoriedade ao incluir também o ensino de História e Cultura Indígena.

Atualmente, existe todo um ecossistema de pessoas engajadas em prol da justiça étnico-racial, produzindo uma enorme quantidade de conteúdo e informação que combatem os preconceitos perpetuados nas últimas décadas. Para Maria Victoria Benevides, que é referência nacional em ciência política, o Brasil deve construir a superação de valores e costumes provenientes de períodos de graves violações dos direitos humanos, como os mais de 300 anos de escravização. Nisso, entram um sistema de ensino elitista, o descaso com a violência quando exercida contra negros e pobres, e o racismo estrutural.

Como Luciana Gonçalves Mina, da Escola de Educação Quilombola destacou em seu discurso na Câmara dos Vereadores, “a educação é transformadora”, e ela, junto de outras lideranças internas, o Movimento Negro Unificado (MNU) e diversos parceiros que abraçam essa causa em Araranguá e no Brasil afora, prestam o serviço de transformar a visão de milhares de pessoas que ainda enxergam com preconceito. Estes são os professores, educadores, influenciadores e pesquisadores que trabalham diariamente para que os jovens do futuro saibam que são muito mais parecidos do que os muros que os dividem fazem parecer.

### **Um Território de Memória, Resistência e Educação**

Do lado esquerdo de quem entra na comunidade, hoje existe uma casa de dois andares que expõe em sua fachada uma placa com a logo da Associação dos Remanescentes. Este espaço é a Escola Quilombola Maria Rosalina.

A coordenadora da instituição, Luciana Gonçalves Mina, a descreve como “uma conquista de todos, mais do que um prédio escolar, um símbolo de reconhecimento”. Trata-se de uma unidade descentralizada do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), tendo sua sede alugada através

de financiamento estadual. O espaço foi inaugurado em 2025, embora a instituição exista desde 2003, sendo uma conquista para os professores. “Foi muito batalhado, mas conseguimos”, Custódia disse.

O espaço conta com cinco salas de aula, cozinha e horta comunitária, desenvolvendo diferentes trabalhos com crianças, adultos e adolescentes do quilombo. Também são oferecidas oficinas de artesanato e música, além de serem realizadas iniciativas para arrecadar dinheiro para a comunidade.

Luciana usa a própria Custódia de exemplo, que foi sua aluna na alfabetização e hoje é uma educadora. “E veio puxando outros”, conta.

Solange da Silva é outra que deixou de ser estudante para ser professora. Ela se matriculou na instituição com o intuito de passar o conhecimento para os filhos, contando que não lembrava do que tinha aprendido na escola comum. “Tem gente aqui que está estudando agora também, meu filho agora tá estudando lá no no colégio do quilombo, já que ele já passou da idade, aí não estudou no colégio normal.”

Ela explica as atividades que desenvolve na escola, destacando o “tempo-comunidade”, que leva as professoras para dentro do quilombo. “Aí tem duas partes, uma com as crianças, em que a gente faz o trabalho com elas e outra com as mães. As mães fazem artesanato e as crianças fazem brincadeiras”. As peças de arte produzidas são expostas na escola ou vendidas.

“Eu tô incentivando eles a aprender, porque se a gente não aprender, a gente não vai ter um futuro melhor”, ela aponta a educação como forma de enfrentar as dificuldades que surgem por causa do preconceito quanto ao lugar de onde vieram. “A gente aqui não faz nada de errado. A gente quer trabalhar, aí eles não dão oportunidade, daí a maioria vai fazer coisa errada, né? Porque não tem oportunidade de serviço, a gente pede, eles não dão. Se falar que a gente mora aqui, eles já ficam ressabiados.”

A Educação Escolar Quilombola (EEQ) é uma reivindicação histórica dos movimentos remanescentes em todo o país. Ela busca integração no sistema de ensino de pautas referentes à ancestralidade. Em 2012, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (DCNEEQ), apontando que a EEQ deve ser implementada como política pública educacional. O projeto político-pedagógico e o currículo escolar voltado para comunidades quilombolas devem então considerar as especificidades da comunidade na qual a escola está inserida e priorizar membros da comunidade dentro do corpo docente e profissional.

As pesquisadoras Rafaela Matos e Bianca Gomes, em seu texto “Para nós, qual a importância da educação escolar quilombola?”, apontam que essa modalidade de ensino serve para “romper com o eurocentrismo, silenciamento, genocídio de grupos hegemônicos e o racismo estrutural”. No contexto brasileiro, em que historicamente se identificou baixos níveis de escolaridade entre populações pobres, a EEQ e, por associação, o trabalho executado pelas professoras de Maria Rosalina, contribui para que possam participar politicamente, economicamente e socialmente dos locais onde vivem, neste caso, o município de Araranguá.

Este ensino é um processo de reparação histórica, valorização dos saberes ancestrais, e o desenvolvimento efetivo de uma educação antirracista. Por isso, essa modalidade de educação destaca a importância de exercitar o respeito a realidade do aluno, sabendo que a identidade do local que ele mora é construída por cada sujeito possuidor de saber que o habita.

Embora o reconhecimento de uma escola como quilombola não garanta a efetivação das DCNEEQ, o fato de ser reconhecida possibilita acesso a políticas públicas específicas destinadas a essa modalidade de educação. Hoje, a Escola Quilombola Maria Rosalina segue o Caderno de Política de Educação Escolar Quilombola da Secretaria de Estado da Educação (SED) de Santa Catarina, que apresenta as diretrizes de EEQ nas comunidades remanescentes no estado. Luciana é uma das autoras do texto, representando os remanescentes em Araranguá.

O artigo “Os desafios da educação quilombola no Brasil”, da pesquisadora Lourdes de Fátima Bezerra Carril, publicado em 2017, que analisou o histórico das condições das Escolas de Educação Quilombola em todo país, mostra que a implementação da EEQ sofre com pouco amparo das políticas públicas. Denúncias sobre a precariedade da infraestrutura também são comuns, as condições do espaço costumam ser debilitadas ou, como no caso de Maria Rosalina que perdurou até este ano, as instituições operam sem sede própria. Outra ocorrência comum são escolas fora do território dos quilombos que recebem alunos quilombolas, porém não utilizam material específico para essa modalidade de educação, que é o caso das crianças de Maria Rosalina que frequentam as escolas comuns.

### **“Eu, na minha opinião, eu quero morrer aqui”**

Em setembro de 2023, a comunidade teve a sua energia cortada por cerca de 20 dias. O ocorrido teria sido em função de irregularidades na rede elétrica, visto que nem todos os moradores tinham acesso em suas casas. Para remediar a situação, diversas residências puxavam eletricidade de um banheiro comunitário instalado no local, ato considerado ilegal, que resultou na eletricidade de todo o quilombo sendo interrompida.

Este período coincidiu com uma operação policial de larga escala em Maria Rosalina. Na ocasião, a moradora Maria Doraci Espíndola, de 75 anos, que estava acamada devido a uma cirurgia na perna, sofreu um infarto por causa dos barulhos dos helicópteros policiais e o medo de que o filho fosse preso. Doraci teve de ser velada no escuro.

Em 15 de setembro de 2023, os habitantes do quilombo fizeram uma manifestação contra o corte de energia na comunidade e a falta de políticas públicas que os amparem. Os manifestantes se dirigiram a Prefeitura Municipal, tendo como primeira resposta o acionamento da Polícia Militar. Após isso, a gestão municipal aceitou se reunir com as lideranças de Maria Rosalina e apresentou uma proposta de doação de postes elétricos para regularização da situação de energia na comunidade.

Sobre estes ocorridos, a Associação de Remanescentes de Maria Rosalina, publicou um manifesto na página do Núcleo de Estudos Afro-Latino-Americanos, dos Povos Originários, Quilombolas e Diversidades (NEABI) do Campus da UFSC no município.

“Recentemente, sofremos cortes de energia elétrica em nossa comunidade, o que evidencia que nossas vozes sequer estão sendo ouvidas pelas autoridades municipais. Compreendemos que pode haver irregularidades nas ligações elétricas, mas como podemos nos adequar às normas da [Central Elétrica de Santa Catarina] em meio à miséria e à pobreza? O desemprego e a pandemia que afetaram nosso país nos últimos anos foram ainda mais devastadores para as populações carentes. O que justifica a invasão, a pressão, a humilhação e a revolta que sofremos?”

Entre as dificuldades encontradas pelos moradores, Juçara Lopes Maciel conta que na busca por emprego, precisam omitir de onde são. “Araranguá, a gente é de carne igual vocês, a gente quer trabalho igual vocês”, aponta.

Ela é mãe de seis filhos e diz que hoje o preconceito com as crianças é menor do que já foi, mas ainda é presente em diferentes aspectos. “Tu sente o ar que atende uma mãe que mora [no Bairro] Coloninha e o jeito que atende uma mãe que mora aqui”.

“Aqui é um lugar esquecido. Eles limpam a cidade toda, eles varrem a cidade toda. Eu não sei porque eles não entram aqui e varrem a nossa rua”, Juçara disse em entrevista. “Esse nosso esgoto tem a minha idade, 30 anos. Volta e meia começa a voltar tudo para dentro das casas, a gente já foi lá, já reclamou, já mostrou foto de casa com criança especial que tá nadando nas fezes, mas mesma coisa que nada.”

“Daí quando tiver perto de uma eleição eles vão arrumar, né?”, Juçara conclui. E, mesmo com as dificuldades, ela afirma: “meus filhos nasceram aqui e vão ser criados”.

Elizama da Silva de Souza é outra que conta uma experiência semelhante. Ela nasceu no quilombo, assim como sua mãe, e conheceu o marido dentro da comunidade, onde vivem juntos até hoje.

Desempregada no momento de sua entrevista, Elizama estudou até o sétimo ano e hoje retoma os estudos na Escola do Quilombo. No colégio comum, ela relata que tinha poucos amigos fora da comunidade, cenário que se repete com seus filhos. “Hoje eu tenho umas amigas que nunca entraram aqui, agora hoje entram e falam que não é isso tudo que as pessoas falam lá fora”.

“Eles não entram aqui por causa que falam que tem bandido, que tem isso, que tem aquilo. Aqui todo mundo é trabalhador”, ela diz. “Aqui a gente é todo mundo ser humano, aqui tem amor, tem carinho, aqui é todo mundo família.”

“Mas eles tão fazendo de tudo pra tirar a comunidade dali” conta a presidente da Associação dos Remanescentes, Custódia Anacleto. “Ficaram apavorados”, ela diz sobre a reação dos moradores com a possibilidade. “Por que se sair dali vai pra onde? Ali eles não têm condições.”

Ela aponta como supostas justificativas para a desapropriação do local a sujeira, violência e o tráfico de drogas. “A cor também né?”, conclui.

“Eles falam, né, que vão tirar, não sei o quê. Mas nunca tira, isso aqui é nosso”, Maria Silésia disse. “Eu nasci aqui, me criei aqui, me casei aqui, criei os filhos todos, vou fazer 75 anos”, lembra. “Eu, na minha opinião, eu quero morrer aqui”.

---

### **Construindo o Futuro: os Frutos de Maria Rosalina**

*Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá em grupo.*

Maria Gorete pretendia usar o dinheiro da aposentadoria para terminar a construção de sua casa dentro da Comunidade Maria Rosalina. Faltava colocar o piso, terminar o banheiro e o reboco. O filho lhe disse: “mãe, eu sei fazer. Boto o piso pra ti”.

“Não troco a Rosalina por outro Bairro”, afirmou. “Tu acha que eu vou trocar uma árvore que tem lá, cheia de abacate?”.

Em 23 de agosto de 2025, Maria Gorete faleceu em virtude de complicações de saúde crônicas, tinha 51 anos. Não pôde mudar-se para a casa que construiu.

Maria Gorete sofria de problemas respiratórios e, em entrevista concedida em 21 de abril de 2025, refletiu sobre recentes conflitos envolvendo o local onde vivia, citando acreditar em uma piora súbita de saúde após eles, “o susto mata”. Já a mãe, Maria Silésia, que possui uma condição visual degenerativa, perdeu a visão em função do estresse. Gorete disse: “Aqui moram crianças, aqui moram velhos, aqui moram pessoas doentes”.

A idade de Gorete quando faleceu está abaixo da expectativa feminina no Brasil, que é cerca de 76 anos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, esse número se refere às mulheres brancas. Um estudo realizado pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS) em 2024, apontou que essa média está intrinsecamente ligada a fatores socioeconômicos, incluindo condições de pobreza e saneamento precário, acesso desigual à educação e exposição à violência. Considerando esse contexto, a expectativa de vida de mulheres negras é de 72 anos.

Silésia, hoje a mais antiga da comunidade aos 75 anos, diz querer paz para o local onde vive. “Antigamente dava briga aqui, agora não. Agora tá mais bom”.

“Eu queria que a turma grande aí da prefeitura viesse aqui ver”, diz Rosa Anacleto, que se mudou da comunidade em busca de melhoria de condições de vida. Diz que é necessário “arrumar as casas deles, né? Fazer umas casinhas bonitinhas. E também ver, olhar pra eles, né? Porque tem tanta criança, né? E agora essas crianças que vão ser o futuro”.

Solange da Silva, professora no Colégio de Educação Quilombola Maria Rosalina, gostaria que a escola pudesse atender mais amplamente às crianças, que estudam nas escolas públicas tradicionais. “Para as crianças ficarem à tarde, que daí a gente fica despreocupada.”

“Para melhorar tem muita coisa né?”, diz Custódia Anacleto, presidente da associação de Maria Rosalina. “Tem esgoto a céu aberto, né? As ruas estão todas estragadas”, ela aponta. “E que o prefeito, esses maiores aí tivessem um olhar diferente lá para dentro, né?”

### **“Foi aí que eu me entendi como negra”**

A Escola de Educação Quilombola Maria Rosalina é decorada com quadros pintados por Jorge Roberto Mina. Ele é pai de Luciana Gonçalves Mina, coordenadora da instituição e, embora não tenha nascido em Maria Rosalina, sempre esteve próximo do quilombo. Jogava bola, era amigo dos moradores e, em sua carreira como militar, “tentava apaziguar” os conflitos.

Ele é irmão de Maria de Lourdes Mina, a “Lurdinha”, pedagoga e uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU), com atuação em prol da construção da Educação Quilombola em Santa Catarina. Foi por volta de 2003 que ela, conhecendo a comunidade que até então não identificava suas raízes, levantou o questionamento: “mas e se isso aqui for um quilombo?”.

Luciana brinca que na época nem ela ou os próprios moradores sabiam o que isso significava, citando que esse tipo de reconhecimento não é ensinado nas escolas comuns. A partir daí iniciou um processo de educação dela e dos moradores.

“Eu assim: meu deus, eu posso fazer algo por essa comunidade, por essas pessoas, né?” conta Luciana, refletindo sobre os resultados de seu aprendizado. “Entrei para o MNU, fui me entender como negra também. Até então eu não me entendia como negra, mas eu era mais uma negra na sociedade. Eu entendi todo o significado, luta e trajetória do povo negro. No Brasil a gente não aprende isso nos bancos de escola.”

Foi a partir desse ponto que o se iniciou o processo de descobrimento da identidade quilombola de Maria Rosalina. “Nós começamos o estudo, né? Dos quilombolas, das terras aqui, do povo negro. Trouxemos toda a história, todas as características e eles se autoidentificaram. Então, eles entenderam, principalmente os mais velhos. Entenderam e começaram a se autoidentificar como quilombolas.”

De acordo com Luciana, em 2009, com a ampliação da Educação Quilombola em Santa Catarina, se identificou um alto índice de analfabetismo nas comunidades. Foi então que em Maria Rosalina iniciou o programa de alfabetização para jovens e adultos, que contou com 22 alunos naquele mesmo ano. As aulas cobriam do primeiro ao quinto ano, porém, após a conclusão do curso, os alunos demonstraram a vontade de continuar os estudos, porém não havia professores habilitados, um cenário comum nas escolas em quilombos da época.

A escola, junto ao Ministério Público, conseguiu a contratação de professores habilitados, contando com matriz curricular própria. “Trabalhamos a pedagogia da alternância, que são três dias em sala de aula, um dia para o planejamento coletivo e o outro é tempo-comunidade. Daí todos os professores e alunos vão para a comunidade trabalhar lá dentro.”

Por pedido das mulheres do quilombo, hoje o tempo-comunidade é dedicado ao artesanato e também desenvolve atividades com as crianças. Esta é uma característica dessa parte da grade curricular, que se dedica a atender às problemáticas trazidas pelos próprios alunos.

O trabalho com as crianças foi iniciado a pedido de Custódia. “Tinha vontade de fazer algo pelas crianças. Porquê a gente sabe que as crianças são o futuro, né? E daí a gente trabalhando as crianças, a gente tira a criança daquele meio, né? E a criança também tem um outro olhar, uma outra perspectiva.”

Hoje, a escola conta com edital próprio para a contratação de professores, priorizando os oriundos de Maria Rosalina. Aqueles que não nasceram no local passam por um processo de avaliação e, embora não seja necessário ser quilombola nesse caso, deve haver algum tipo de vínculo com a comunidade, mesmo que social. Além disso, também é obrigatória a aprovação das lideranças. Luciana aponta que o mínimo necessário para trabalhar no local é o “letramento racial”.

Este letramento racial que cita é a capacidade de reconhecer e combater o racismo estrutural, independente se a pessoa é preta ou não. Ele demanda que a pessoa entenda as dinâmicas raciais que moldam a sociedade e a crítica a atos que poderiam ser considerados normais mas são, na verdade, racistas.

Dentro do programa pedagógico da Educação Quilombola está incluída a presença do griô, uma figura que tem notório saber dentro da instituição cujo a função é trabalhar diferentes saberes ancestrais com os estudantes. A palavra “griô” tem origem africana e se refere ao guardião da memória e do conhecimento oral do povo, em Maria Rosalina, Custódia ocupa essa posição.

Em 2013 foi fundada a associação da comunidade e aberto oficialmente o pedido de autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares (FCP), a portaria que efetivaria o processo foi publicada em 2017 e concretizada em 2024. Luciana diz que foi um longo tempo de espera e trabalho, “era fora do comum, sabe? Eles pediam documentação, a gente fazia tudo conforme eles queriam, mandava para lá, eles mandavam de volta dizendo que não tava legal, nós reenviamos. Era aquela coisa: vai, vem, vai, vem. Nós ficamos nisso por 10 anos.”

Luciana conta que por vezes tinha vontade de desistir do processo. Ela e Custódia foram duas das lideranças por trás do pedido, “a gente caminha junto, quando uma está esmorecendo, a outra vem e levanta”.

Ozair Banha, assessor jurídico de Maria Rosalina, atribui a demora no processo iniciado em 2013 à situação política do país na época. Com o processo de impeachment que acontecia com a então presidente Dilma Rousseff (PT), seguido dos governos de Michel Temer (PMDB) e Jair Bolsonaro (PL), representaram um desmonte em instituições como a FCP que, segundo ele, teve um grande atraso nos processos de reconhecimento de autoidentificação quilombola neste período.

Luciana aponta que o eventual reconhecimento da comunidade como quilombola aos olhos do Governo Federal, que é a situação que Maria Rosalina se encontra hoje, é de suma importância para os moradores do espaço. Em especial, isso é um primeiro espaço para enfrentar o movimento de desapropriação.

“Infelizmente a sociedade de Araranguá não nos reconhece como comunidade quilombola, até tenta fazer todo o apagamento histórico. Mas a comunidade resiste. Resiste até hoje e tá provando que é merecedora daquilo que é dela. Antigamente, os mais velhos contavam que as terras eram muito maiores e pela especulação imobiliária foram tomando. Foi sendo vendido, às vezes por troca de um sepultamento, um caixão, sabe?”

Ela aponta que a comunidade aceita o apoio e está disposta a colaborar com os órgãos públicos, mesmo com as dificuldades que identifica. “Até por conta do tráfico de drogas, ninguém aqui é piegas de dizer que isso não existiu”, citando que desejam um aumento na segurança e não se opõem a presença da polícia, “mas não daquela forma truculenta. Não precisa ir em cima de idoso e de criança, bater o pé na porta de todo mundo como estava sendo feito antigamente”.

Hoje, a expectativa é pela demarcação do terreno da comunidade pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que irá garantir uma série de direitos para os quilombolas. “A comunidade também fica apreensiva, né? Naquela de: será que vai acontecer? Será que não?”

### **“Tirando o racismo e o bullying, tá tudo bem”**

Juçara Lopes Maciel, mãe de 6 filhos, moradora de Maria Rosalina, conta que as crianças trazem para casa relatos de discriminação nas escolas comuns que frequentam. Os jovens da comunidade costumam interagir principalmente umas com as outras, por encontrarem dificuldade de integração com colegas provenientes de outros locais.

Entre relatos colhidos no dia 18 de outubro de 2025, na escola do quilombo, uma das crianças, cujo nome será mantido anônimo em função de se tratar de um menor de idade, relatou: “tirando o racismo e o bullying, tá tudo bem”.

Entre as 43 crianças que vivem em Maria Rosalina, a sua maioria é preta ou parda. Uma pesquisa publicada em 2022 pela Federação Brasileira de Bancos (Febrapan), em parceria com o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), apontou que o maior motivo de bullying no Brasil é a cor da pele, 32% das pessoas que sofreram algum tipo de ataque são negras. Os dados foram colhidos através do observatório da Febrapan, que ouviu 3 mil pessoas em todas as regiões do país.

Entre outros motivos recorrentes de bullying associados ao racismo são o padrão de beleza (15%). Historicamente, após a abolição da escravidão, principalmente em Santa Catarina, foram promovidas

políticas de embranquecimento, incentivando a imigração europeia e associando a “civilização” à aparência branca. Portanto, o ideal de “belo” estabelecido envolve a pele clara, sendo fruto e canal do racismo estrutural.

Outra causa do bullying (8%), é a classe social. Uma pesquisa conduzida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apontou que jovens de menor nível socioeconômico estão mais propensos a sofrer essa violência. Os dados foram obtidos pela Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Saúde, tendo como amostra 77.488 estudantes de escolas públicas e 20.358 de escolas privadas do país.

Os resultados mostram que o bullying está diretamente relacionado ao nível socioeconômico dos estudantes. Na escola pública, alunos de mais alta renda têm 62% menos chances de sofrer bullying e, na privada, o número é de 65%.

O bullying é definido pela Lei nº 13.185 de 2015 como “todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo, que ocorra sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas”. A normativa prevê que é de responsabilidade das escolas identificar e lidar com casos de tais agressões, sabendo acolher as vítimas, orientar os agressores e envolver as famílias, incluindo abordar aspectos psicológicos, sociais e legais da intimidação.

Práticas de bullying que envolvem ataques relacionados a cor da pele e aspectos raciais em geral, se enquadram no crime de racismo, definido principalmente na Lei nº 7.716 de 1989. Esta aponta como criminoso o ato de “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”.

Atualmente, as crianças de Maria Rosalina passam por casos como esses, além de relatarem viver as consequências da reputação do local onde vivem. “Eles falam muito mal daqui”, relatou um dos jovens durante uma roda de conversa no dia 18 de outubro de 2025. “Eles falam que a gente mora na favela”, disse outra. “Nós aqui temos que brincar com nós mesmos”.

As crianças contam que, para se enturmar, precisam dizer que moram em outro lugar. “Se dizer que mora aqui eles não chamam [para brincar].”

Uma das meninas relata que a mãe foi demitida após dizer que morava em Maria Rosalina. Já um dos meninos conta que os amigos da escola se afastaram dele após saberem de onde vinha. “É porque eles têm medo”.

Quando uma das jovens relatou, “uma menina da minha sala me chamou de preta”, outra respondeu: “racista!”. “Teve um dia que eu estava no campeonato [de futebol] que tinha uma torcida organizada que só porque eu morava aqui começaram a me chamar de nego barriga”, contou um dos meninos.

Elas notam que o preconceito que sofrem não condiz com a realidade que vivem. “Eles falam que a gente fica só se brigando”. Uma contou: “quando a minha vó morreu a minha amiga veio aqui e eu botei ela para brincar com [a gente], e ela disse que é aqui muito legal”.

**“Não é só quem tem dinheiro que pode morar em lugar privilegiado”**

A demarcação do território de Maria Rosalina como quilombola garantiria uma série de direitos não apenas à comunidade, mas também ao município.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) prevê um aumento no valor repassado para a educação de estudantes remanescentes (Resolução CNE/CEB nº 8/2012). Já a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) garante maior financiamento para agentes do do Sistema Único de Saúde (SUS) que atendem ao quilombo. Há também o programa Brasil Quilombola, que repassa verbas para projetos de infraestrutura, caso haja adesão pela prefeitura.

Além disso, em Santa Catarina, a Lei nº 18.339 de 2022, que altera a Lei Complementar nº 422, de 2008, cria o Fundo de Habitação Popular do estado. A normativa prevê o financiamento de subprogramas de habitação para a população em necessidade e tem, entre suas prioridades, espaços ocupados por povos e comunidades tradicionais, entre eles, quilombolas.

Porém, mesmo com esses incentivos, 86,96% dos quilombolas que moram em Santa Catarina não estão em territórios oficialmente delimitados. Dos 4.447 identificados, 3.867 estão fora de áreas oficiais de quilombo, segundo dados da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS).

Ozair Banha, assessor jurídico de Maria Rosalina, relata que há resistência de parte da gestão municipal quanto ao processo de demarcação da terra. “O fato da comunidade estar bem localizada, no centro da cidade, faz com que muitas pessoas queiram tirar ela dali. Temos o entendimento que tirar a comunidade dali é tirar toda uma história.”

Ele aponta que a desapropriação da terra não resolveria o problema social da comunidade, “e também porque nós acreditamos que não é só quem tem dinheiro que pode morar em lugar privilegiado”. Para ele, o projeto de demarcação faz parte de um resgate da dignidade dos moradores. “Não é transformar, mas melhorar aquele local”.

Em Araranguá, há um precedente em relação a experiências de mudança habitacional. É o caso do Conjunto Habitacional Flor do Campo, criado através da Lei Municipal nº 2867, de 23 de março de 2010. O projeto tinha como objetivo realocar 112 famílias que haviam se estabelecido nas imediações do antigo “Campo de Aviação”, localizado no Bairro Mato Alto, cerca de 3 km do centro da cidade. Nele estava estabelecida uma comunidade de cidadãos de baixa renda, cujo os habitantes viviam em situação irregular e apresentando diversas fragilidades também identificadas em Maria Rosalina.

Embora essas 112 famílias realocadas para o Residencial Flor do Campo, a cerca de 50m de sua habitação original, o local teve reincidência de problemas apontados onde viviam anteriormente: a violência e o tráfico de drogas. Ao mesmo tempo, os arredores do Campo de Aviação não deixaram de ser habitados por pessoas em situação de vulnerabilidade, que vivem as mesmas dificuldades dos moradores anteriores.

Para Ozair, este é um exemplo de que, sem o apoio do município, o processo de mudança habitacional não soluciona os problemas de comunidades vulneráveis. Por isso, ele diz, não é da desapropriação de sua terra que Maria Rosalina necessita. A gestão pública historicamente ignora as complexidades do local, “as pessoas se acostumam com determinada situação do jeito que ela está, mas não interferem”. Isso se repete não apenas no quilombo, mas em outros pontos da cidade em situação de vulnerabilidade, como o já citado Flor do Campo.

Os moradores de Maria Rosalina relatam que a presença da administração pública ocorre apenas em época de eleição. Em meio a diversas promessas não cumpridas, os habitantes se acostumaram a não ter seus direitos atendidos. “Do ponto de vista político, a comunidade sempre foi vista apenas como um local em que as pessoas vão lá buscar voto”, aponta Ozair.

Historicamente, a presença do estado em Maria Rosalina é principalmente através das forças de segurança, seja Polícia Civil ou Militar. Não há presença ativa da assistência social ou de agentes comunitários da área da saúde. Ozair disse: “O único projeto que sempre se trouxe é o da retirada daquele povo dali.”

Ele aponta que era de Maria Rosalina que vinham as empregadas domésticas que trabalhavam nas casas mais ricas de Araranguá, assim como as lavadeiras. Havia também os “chapas”, que trabalhavam com carga e descarga à beira da BR-101 que passa pelo município, também era comum que os homens estivessem na construção civil. “Ou seja, aquela comunidade contribuiu significativamente com essa cidade do ponto de vista econômico e mão de obra, principalmente mão de obra barata”, conclui. Hoje, com a maior abundância de trabalhadores e a menor necessidade de alguns desses serviços, relata que o espaço deixou de ser útil para a exploração econômica, então “a cidade hoje vê aquilo ali como um estorvo, como uma incomodação”.

A presença de Maria Rosalina na história de Araranguá seria então tão formativa quanto a do município com a própria comunidade, uma tendo grande influência no desenvolvimento da outra. A comunidade provia funcionários para as fábricas, plantações, entre outros ofícios, quando o município ainda estava em processo de expansão. Uma vez que “deixou de ser útil”, o espaço foi relegado, e os seus habitantes, que passaram anos como mão de obra barata, seguiram a viver com o que tinham. Hoje, diz Ozair, a maioria dos habitantes da Cidade das Avenidas conhece e é amigo de alguém proveniente da comunidade, porém nenhum se propõe a conhecer o local.

“É uma coisa tu encontrar o Mussum ali no calçadão, conversar com ele pelas histórias que ele tem, ou a Custódia, Gorete e vários outros. Outra coisa é você se deslocar para ir com ele lá dentro da comunidade, lá na cozinha dele, né?”

O Incra é o atual órgão responsável por analisar a delimitação de terrenos quilombolas, incluindo Maria Rosalina, processo previsto para ocorrer no primeiro semestre de 2027, embora a comunidade espere que o Ministério Público reconheça a necessidade de que este ocorra mais cedo, ao menos em 2026. Como o espaço do quilombo incide em uma área particular, o órgão tem a responsabilidade de titular o territórios, sendo então a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) quem expede título ou Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de acordo com o Decreto n.o 4.887. Para isso é elaborado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RITD) em que são levantadas informações em campo e junto a instituições públicas e privadas com o objetivo de definir os limites do território a ser considerado quilombola.

Hoje, o Incra, juntamente ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), trabalha para a elaboração do relatório. Mesmo com a conclusão desta etapa, o processo de titulação ainda tem de passar pela publicação da portaria de reconhecimento do Incra no Diário Oficial da União e dos estados. Essa ação encerra a fase de identificação e é seguida por um Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Público referente a aos imóveis privados no território, que então permite titulação definitiva.

Os imóveis privados a serem desapropriados em prol da comunidade não representarão perda ao seus proprietários. Como Ozair ressalta, “não vão ser pegos na mão grande”, e sim, pagos devidamente pelo valor de mercado.

“Este projeto de consolidação daquela localidade como um território quilombola é sem sombra de dúvidas, o que vai contribuir de maneira certa para que aquela comunidade ali volte a ser a comunidade de 40, 50 anos atrás. Sem perder a sua característica da negritude, da ancestralidade e resgatar a condição de vida daquelas pessoas. Tanto daqueles que são mais velhos como das crianças.”

O processo de reconhecimento de delimitação dos terrenos quilombolas, é um de reparação histórica. O Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão, em 1888, e o fez sem nenhuma medida concreta de inclusão dos libertos.

Embora a Lei Áurea tenha extinguido a prática da escravidão legalmente, o ex-escravizados não receberam nenhum tipo de compensação, sejam terras, indenizações, ou acesso especial à educação, saúde e emprego. Pelo contrário, o Estado brasileiro indenizou os antigos senhores de escravos em situações anteriores, como nas leis de transição, incluindo a Lei do Ventre Livre de 1871. O resultado disso foi uma ampla marginalização da população preta que, sem amparo público, teve de buscar diferentes formas de sobrevivência, incluindo a organização por meio dos quilombos.

Processos como a delimitação do terreno de Maria Rosalina, são formas com que a sociedade contemporânea reconhece os erros do passado e busca remedia-los. Sobre este processo, Ozair afirma: “não tenho dúvida nenhuma que nós vamos transformar aquilo ali legalmente, politicamente e economicamente num território quilombola e que dali sairão muitos frutos, como já saíram e que aquela comunidade vai poder ficar de vez em paz”.

### **O dia perfeito em Maria Rosalina**

Em 18 de outubro de 2025, um grupo de voluntários do Projeto de Extensão Jornalismo e Ação Comunitária (JAC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), veio de Florianópolis para Maria Rosalina com o intuito de realizar uma atividade com as crianças. Em meio a um sábado chuvoso, cerca de 15 jovens receberam os universitários, que levaram 5 câmeras fotográficas para a realização de uma oficina e então permitiu que os jovens tivessem os equipamentos em mãos e os usassem livremente.

Após ouvirem atentamente as instruções, as crianças estavam entusiasmadas para utilizar as câmeras. Se alternando em grupos com os orientadores, elas faziam fila para que pudesse chegar a sua vez, a maioria tendo a oportunidade de operar os equipamentos repetidas vezes. Quando era hora de passar para o próximo, eles entregavam as câmeras para o colega.

Orientados pelos membros do JAC, os participantes da oficina fotografaram os espaços da escola do quilombo, umas às outras, e os professores que se faziam presentes. Foram tiradas mais de 600 fotos, todas pelos olhos das crianças. Algumas focaram nos amigos, outras viraram sua atenção para o ambiente, e algumas para si mesmos, apontando as câmeras para o espelho.

Com a atividade encerrada, as crianças sentaram-se em roda para ver o resultado. As fotos foram projetadas na parede da sala de aula e vistas uma de cada vez, com as crianças comentando as imagens em meio a comentários e risadas.

Por causa do dia chuvoso, não foi possível que os membros do JAC visitassem as áreas externas da comunidade durante a manhã. “Vamos na chuva”, disse uma das crianças, mesmo assim. Foi então que, para terem a oportunidade de conhecer o quilombo, os visitantes perguntaram: como seria o dia perfeito em Maria Rosalina?

Se pudessem levar alguém para conhecer a comunidade, o primeiro lugar que apresentariam seria o “campinho”. Trata-se de um terreno baldio com entrada à esquerda do quilombo, próximo ao fim da rua em que se estende. É lá que jogam bola, fazem piqueniques e fogueira, e onde “a Custódia brinca com a gente”.

No campinho é onde pasta o cavalo que pertence a um dos jovens da comunidade. Fica amarrado em uma trave de futebol de madeira, construída pelos educadores. Por causa disso, várias das crianças já andaram ou sabem cavalgar.

Quem visita Maria Rosalina em dia de sol, segundo as crianças, pode fazer um passeio a cavalo. “Se o dono deixar”, uma delas disse, e ele então balançou a cabeça que sim, fazendo com que os outros celebrassem.

Também contam que têm o hábito de subir em árvores. Entre as casas do quilombo e também no campinho, é comum que haja árvores nos quintais, que acabam virando outro espaço para as crianças brincarem. “Lá tem pé de goiaba, de abacate, de limão, de laranja”, relatou uma das meninas.

Em seu dia perfeito, “a gente faz muita brincadeira”, dizem. Esconde-esconde, pega-pega, pula-corda e escolinha são algumas das atividades que fazem para se divertir. Em coro, dizem que brincam juntas todos os dias, “até na chuva”. Além disso, não têm o hábito de mexer no celular, balançando a cabeça que não ao serem perguntados. “A gente brinca mais na rua”.

Aos domingos, brincam a manhã toda. Quando chega o meio-dia, os pais chamam para o almoço e “a gente vai para nossa casa, come, espera um pouquinho, daí vai brincar de novo”. De noite, vão para a igreja com os pais.

Elas comentam que comemoram a Festa Junina, enfeitando sua rua com bandeirinhas. Dizem que adoram as festas que acontecem no quilombo, em especial o Natal, “que trazem presente pra gente”.

- Pelo o que eu percebi, vocês são muito felizes aqui, né? - perguntaram às crianças.
- Sim! - responderam juntas.
- Vocês gostam de morar aqui no Maria Rosalina?
- Eu gosto muito! - disse uma individualmente.
- Sim! - acompanharam as outras.

Quando perguntadas sobre o que queriam para o futuro de Maria Rosalina, a primeira respondeu: “que continuasse tendo bastante brincadeira” e outra seguiu, “que tivesse uma cabana pra brincar”. A terceira criança a levantar a mão disse: “podiam fazer a rua [melhor] para as pessoas poderem entrar, conhecer”.

“Seria bom se as mães tivessem mais ajuda”, uma das meninas comentou. “Cesta básica”, outra continuou e um dos meninos adicionou “um trabalho”.

Por fim, perguntaram às crianças: o que elas querem ser quando crescer?

- Eu quero ser advogado! - respondeu uma, entre as várias mãos levantadas.

- Eu não sei ainda, porque sou muito novo. Quero dar um tempo pra ver.
- Eu quero ser advogada também.
- Quero fazer coisa de foto.
- Quero ser policial.
- Professora!

A atividade foi toda acompanhada pela Custódia, que é quem se dedica à inclusão das crianças nas atividades da escola. Para elas, “se não fosse a tia Tóda nada disso iria acontecer”. Elas comentam: “sem a tia Tóda hoje em um dia chuva a gente ia tá em casa”.

Em entrevista, Custódia Anacleto refletiu: “tudo que me fez chegar até onde eu tô foi muita fé e lutar pelas crianças. E eu quero ver se deus me dá mais uns aninhos porque eu quero ver aquelas crianças formadas”. E foi naquele sábado ao meio-dia, momento em que a chuva já deixava o céu, antes das crianças voltarem para suas casas almoçar, que elas se despediram da chorosa “Tia Tóda” em um abraço grupal.

A visita do JAC à Maria Rosalina se encerrava. Era hora das crianças irem embora e dos visitantes retornarem para Florianópolis. Até que um dos meninos olhou para a janela e, com entusiasmo, comentou:

- Tia, parou de chover, a gente pode ir lá!